



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

JORDANA DOURADO DE BRITO

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO ANIMAL EM MUNICÍPIOS
DO CARIRI PARAIBANO: MAPEAMENTO E AVALIAÇÃO**

**SUMÉ - PB
2023**

JORDANA DOURADO DE BRITO

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO ANIMAL EM MUNICÍPIOS
DO CARIRI PARAIBANO: MAPEAMENTO E AVALIAÇÃO**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Sociais do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semi-árido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Helena Costa Carvalho de Araújo Lima.

**SUMÉ - PB
2023**



B862p Brito, Jordana Dourado de.
Políticas públicas de proteção animal em municípios do Cariri Paraibano. / Jordana Dourado de Brito. - 2023.

70f.

Orientadora: Professora Dra. Maria Helena Costa Carvalho de Araújo Lima.

Monografia - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Licenciatura em Ciências Sociais.

1. Proteção animal - políticas. 2. Políticas públicas de proteção animal. 3. Animais - proteção. 4. Cariri Paraibano - política para animais. 5. Bem-estar animal. 6. Animais de estimação. 7. Saúde Única. I. Lima, Maria Helena Costa Carvalho de Araújo. II Título.

CDU: 32:59(043.1)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626

JORDANA DOURADO DE BRITO

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO ANIMAL EM MUNICÍPIOS
DO CARIRI PARAIBANO: MAPEAMENTO E AVALIAÇÃO**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Sociais do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semi-árido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Ciências Sociais

BANCA EXAMINADORA:

Professora Dra. Maria Helena Costa Carvalho de Araújo Lima
Orientadora – UACIS/CDSA/UFPG

Professora Mayza Costa Brizenno.
Examinadora Externa – Mestranda PPGM/UFPE

Professor Dr. Felipe Corral de Freitas.
Examinador Externo II – UFSM

Trabalho aprovado em: 03 de julho de 2023.

SUMÉ - PB

Aos meus cachorros, Duque, Marquesa, Aurora e Negona,
que me salvaram da depressão e alegraram meus dias. Sem
vocês a vida seria cinza.

“Aqueles que nós resgatamos, nos resgatam.”

-Quatro vidas de um cachorro

AGRADECIMENTOS

A Deus que me deu força e coragem para enfrentar o percurso. "Até aqui o Senhor nos ajudou".
1 Samuel 7:12.

À minha avó por acreditar em mim, ao meu pai por todo o apoio, ao meu irmão por ficar ao meu lado e em especial à minha mãe que sempre fez tudo por mim. É tudo por vocês!

Aos meus animais de estimação que serviram de inspiração para a realização da pesquisa.

À minha orientadora, Lena Carvalho, que compartilha comigo o amor aos animais e aceitou me orientar nesse percurso, sempre me incentivando a evoluir cada vez mais.

Às professoras Júnia Marússia e Katia Ramos pelos ensinamentos ao longo da graduação.

Ao meu namorado, Jeffson, que esteve comigo em todos os momentos e sempre esteve disposto a me ajudar.

Às minhas amigas que tornaram o percurso mais leve e sempre estiveram comigo. Em especial à Maria Clara, que foi meu abrigo nos dias mais difíceis, que segurou minha mão e nunca me deixou desistir, sem ela eu não teria conseguido.

Aos entrevistados que aceitaram participar da pesquisa e foram fundamentais para os resultados.

A Felipe Corral e Mayza Brizeno, por aceitarem avaliar o meu trabalho e pelas contribuições.

RESUMO

Ao longo dos séculos XIX e XX, o Brasil enfrentou surtos de duas zoonoses graves, associadas a animais de estimação: raiva e leishmaniose. Até o início dos anos 2000, embora já fosse comprovadamente ineficaz, a captura e extermínio de cães e gatos errantes foi adotada como solução para solucionar a proliferação dessas zoonoses. Animais em situação de rua eram vistos como sem importância e seu bem-estar não era considerado relevante, mas mudanças nas relações com esses animais não-humanos estimularam a consideração moral em relação a eles (LIMA, 2016). Nas últimas décadas, a política de extermínio foi proibida em várias cidades e estados, até ser vetada em todo país com a lei Nº 14.228/21. Surge, assim, a necessidade de políticas públicas voltadas para o que a Organização Mundial da Saúde (OMS) denominou saúde única, que promovam, ao mesmo tempo, a saúde humana, o bem-estar animal e o equilíbrio ambiental. Esse é o cenário em que analiso ações do poder público para o manejo populacional de cães e gatos em três municípios do Cariri Paraibano: Coxixola, Serra Branca e Sumé, propondo-me a avaliar tais medidas à luz das indicações da Organização Mundial da Saúde e dos parâmetros correntes de bem-estar animal e saúde única. Para alcançar o objetivo, utilizei uma abordagem qualitativa partindo de revisão bibliográfica por meio da literatura, com destaque para Garcia (2005), Lima e Luna (2012), Garcia *et al.* (2012), Lima (2016), Lemos (2021). Em seguida, realizei pesquisa documental através de consultas ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Organização Mundial de Saúde (OMS), Ministério da Saúde, leis estaduais, federais e municipais e os sites oficiais dos municípios estudados. Por fim, para coletar dados específicos sobre os casos estudados, realizei entrevistas semiestruturadas. Ao todo, foram entrevistados três protetores, três veterinários, dois gestores públicos em cargos políticos e quatro funcionários públicos. Complementarmente, realizei observações de campo nos municípios de Sumé (onde observei o funcionamento do CASTRAPET) e Coxixola (no abrigo e na clínica veterinária mantidos pela prefeitura). Todos os municípios estudados dispõem de uma política de vacinação antirrábica, o município de Sumé dispõe de um CASTRAPET e em Coxixola há um abrigo municipal e uma clínica municipal veterinária, mas em Serra Branca há poucos avanços para além da prevenção da raiva. Os resultados mostram problemas comuns aos três municípios estudados, como o abandono frequente de cães e gatos em lugares públicos, ausência de mecanismos coercitivos contra aqueles que praticam o abandono, tutoria de animais com livre circulação nas ruas e a ausência de ações de incentivo à adoção de animais adultos e de medidas educativas sobre guarda responsável. Há também alguns problemas quanto à eficácia e eficiências dos serviços ofertados em Coxixola e Sumé, que podem ser melhorados com a adoção de indicações extraídas da literatura sobre manejo populacional de cães e gatos. Assim, torna-se necessário que os municípios realizem ações preventivas e integrativas que sejam orientadas pelas diretrizes de manejo populacional já testadas em outros lugares do mundo e do Brasil.

Palavras-chaves: Bem-estar animal; manejo populacional; animais de estimação; políticas públicas; saúde única.

ABSTRACT

Throughout the XIXth and XXth centuries, Brazil faced outbreaks of two serious zoonoses associated with pets: rabies and leishmaniasis. Until the early 2000s, although it had already been proven ineffective, the capture and extermination of stray dogs and cats was adopted as a solution for proliferation of these zoonoses. Homeless animals were seen as unimportant and their welfare was not considered relevant, but changes in human-pets relationships stimulated moral consideration towards them (LIMA, 2016). In recent decades, the extermination policy was prohibited in several Brazilian cities and states, until it was vetoed all over country by Law N° 14.228/21. Thus, arises the necessity of public policies seeking what the World Health Organization (WHO) called single health, which promotes, at the same time, human health, animal welfare and environmental balance. This is the scenario in which I analyze government actions for the population management of dogs and cats in three municipalities in Cariri region of Paraíba: Coxixola, Serra Branca and Sumé, proposing to evaluate such measures according to the indications of World Health Organization and current parameters of animal welfare and unique health. To achieve it, I used a qualitative approach based on a bibliographic review through the literature, with emphasis on Garcia (2005), Lima and Luna (2012), Garcia et al. (2012), Lima (2016), Lemos (2021). Then, I carried out documentary research through consultations with the Brazilian Institute of Geography and Statistics, the World Health Organization (WHO), the Ministry of Health, state, federal and municipal laws and the official websites of the municipalities studied. Finally, to collect specific data about the cases studied, I conducted semi-structured interviews. In all, three protectors, three veterinarians, two public managers in political positions and four civil servants were interviewed. Complementarily, I carried out field observations in the municipalities of Sumé (where I observed the functioning of CASTRAPET) and Coxixola (in the shelter and in the veterinary clinic maintained by the municipal government). All municipalities studied have an anti-rabies vaccination policy, the municipality of Sumé has a neutering program (CASTRAPET) and in Coxixola there is a municipal shelter and a municipal veterinary clinic (also with a neutering program), but in Serra Branca there has been little progress beyond rabies prevention. The results shows common problems to the three municipalities, such as frequent dogs and cats abandonment in public places, absence of coercive mechanisms against those who practice abandonment, tutored animals circulating freely on streets and absence of actions to encourage adoption of adult animals, such as educational measures on responsible ownership. There are also some problems regarding effectiveness and efficiency of services offered in Coxixola and Sumé, which can be improved by adopting indications extracted from the literature on population management of dogs and cats. Thus, it becomes necessary for municipalities to carry out preventive and integrative actions that are guided by population management guidelines already tested in other places in the world and in Brazil.

Keywords: Animal welfare; Population control; Pets; public policy; one health.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Definição de saúde única.....	18
Figura 2 -	Fachada da clínica veterinária popular.....	37
Figura 3 -	Interior das baias de Coxixola.....	38
Figura 4 -	Filhotes abandonados no abrigo em Coxixola, Paraíba, 2023.....	40
Figura 5 -	Alguns animais do abrigo de Coxixola, Paraíba, 2023.....	42
Figura 6 -	Animais abandonados no município de Serra Branca, Paraíba.....	45
Figura 7 -	Antigo Centro de Zoonoses do município de Serra Branca.....	46
Figura 8 -	Interior das salas do antigo Centro.....	47
Figura 9 -	Animais errantes em Sumé, Paraíba 2023.....	52
Figura 10 -	Fachada e interior do CASTRAPET.....	54
Figura 11 -	Visita ao CASTRAPET.....	57

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Vacinação dos cães e gatos do município de Coxixola, Paraíba, 2023.....	36
Gráfico 2 - Quantidade de cães do abrigo municipal de Coxixola. Paraíba, junho de 2023.....	41
Gráfico 3 - Número de animais vacinados nas campanhas de vacinação antirrábica em Serra Branca.....	48
Gráfico 4 - Número de animais vacinados no ano de 2022.....	54

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Documentos analisados na pesquisa documental.....	30
Quadro 2 - Entrevistas realizadas na pesquisa de campo. Paraíba, 2023.....	32
Quadro 3 - Blocos temáticos do roteiro de entrevista com protetores. Paraíba, 2023.....	32
Quadro 4 - Blocos temáticos do roteiro de entrevista com veterinários. Paraíba, 2023.....	33
Quadro 5 - Blocos temáticos do roteiro de entrevista com figura política e/ou funcionário público. Paraíba, 2023.....	33

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CCZ	Centro de controle de Zoonoses
CED	Captura, esterilização e retorno
CISS	O centro de informações em saúde silvestre
CFMV	conselho Federal de Medicina Veterinária
CRMV	Conselho Regional de Medicina Veterinária
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
OMS/WHO	World Health Organization / Organização Mundial de Saúde
OPAS/PAHO	Organização Pan-Americana de la Salud / Organização PanAmericana de Saúde
NASF	Núcleos de Apoio à Saúde da Família
OIE	Organização Mundial da Saúde Animal
ONG	Organização não governamental
SRD	Sem raça definida

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	POLÍTICAS PÚBLICAS.....	16
2.1	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O MANEJO POPULACIONAL.....	19
2.2	PREVENÇÃO ÀS ZOONESES COMO IMPERATIVO PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	20
2.3	DIRETRIZES E PROTOCOLO DE AÇÃO PARA O MANEJO POPULACIONAL DE CÃES E GATOS.....	21
2.3.1	Controle populacional.....	22
2.3.2	Identificação.....	24
2.3.3	Adoção animal.....	25
2.3.4	Educação para guarda responsável.....	26
2.3.5	Atendimento veterinário e ações preventivas de saúde.....	27
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	28
3.1	LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO.....	28
3.2	PESQUISA DOCUMENTAL.....	29
3.3	PESQUISA DE CAMPO.....	30
3.3.1	Entrevista.....	31
3.3.2	Observação sistemática.....	34
3.4	ANÁLISE DOS DADOS.....	34
4	MAPEAMENTO DAS CONDIÇÕES DE CÃES E GATOS E DAS POLÍTICAS DE MANEJO POPULACIONAL EM MUNICÍPIOS DO CARIRI PARAIBANO.....	35
4.1	COXIXOLA.....	35
4.2	SERRA BRANCA.....	44
4.3	SUMÉ.....	51
4.4	ANÁLISE COMPARATIVA DOS TRÊS MUNICÍPIOS.....	58
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
	REFERÊNCIAS.....	63
	APÊNDICE.....	69

1 INTRODUÇÃO

Para que se possa elaborar políticas públicas voltadas para as populações canina e felina, é preciso compreender que eles ocupam diferentes espaços físicos e sociais e travam relações bastante diversas conosco, sendo animais dependentes ou não dos seres humanos.

Partindo de classificação feita pela Organização mundial da saúde (OMS), Begalli (2020) aponta que animais de estimação podem ser classificados como domiciliados, semi-domiciliados, errantes ou ferais. Os que possuem tutores podem ser domiciliados (só acessam a rua com supervisão) ou semi-domiciliados (possuem acesso livre à rua), enquanto os não tutorados podem ser errantes (comunitários, frequentam lugares fixos, onde são alimentados ou cuidados por diversas pessoas, de quem dependem parcialmente) ou ferais (sobrevivem de forma independente, sem relações fortes com humanos),

No Brasil, temos apenas uma estimativa do número de cães e gatos tutorados, feita a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2019 havia no país 33,8 milhões de domicílios com algum cachorro, enquanto o número de domicílios com algum gato foi de 14,1 milhões. Em se tratando do Estado da Paraíba, um total de 298 mil domicílios que possuíam algum gato e 475 mil domicílios que possuíam algum cachorro no referido ano, representando um percentual de apenas 1,6% do número do total domicílios com algum cachorro ou gato do país (IBGE, 2019).

Já o número dos animais em situação de rua é ainda mais impreciso, sendo esse um dos desafios para a elaboração de políticas públicas para animais. Isso é corroborado por Catapan *et al.* (2015), que afirmam que a falta de dados sobre a população animal se torna um empecilho para o planejamento e implementação de políticas públicas.

Animais sem tutores, em especial os sem raça definida (SRD), popularmente chamados de vira-latas, são comumente vistos como sem importância e, justamente por isso, seu extermínio foi considerado por muito tempo uma forma legítima de combater zoonoses¹ (LIMA, 2016).

Cavalcante (2016) afirma que esses animais são expostos a diversos problemas, como fome, frio e falta de cuidados adequados. Como consequência dessa falta de cuidados, tornam-se transmissores de zoonoses e, portanto, podem representar riscos para a população. Nos

¹ A Organização Mundial da Saúde classifica as Zoonoses como doenças ou infecções que são transmitidas naturalmente de animais vertebrados para humanos e vice-versa (WHO, 2020).

séculos XIX e XX houve em várias partes do Brasil o surto de duas zoonoses: a raiva e leishmaniose, conhecida popularmente como doença de calazar (LIMA, 2016). Com isso, o medo em relação aos animais em situação de rua se intensificou e, para combater o problema, foi criada a política de extermínio de animais soltos nas ruas capturados em vias públicas (LIMA, 2016).

Essa medida ficou conhecida popularmente como carrocinha e capturava qualquer animal que estivesse na rua sem a companhia de um tutor. Eles eram levados para o Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) onde eram sacrificados, situação essa que por muito tempo não despertou sentimentos negativos. Somente a partir do final século XX esse método passa a ser questionado pelos indivíduos preocupados com a causa animal e questionado pela OMS, pois não se mostrava mais um método eficaz para o controle de zoonoses (OMS, 1999; LIMA, 2016; LEMOS, 2021). Partindo do relatório feito pela OMS em 1988, Lima (2016) relata que a mudança do método de extermínio foi considerada ineficaz em virtude do alto índice de reprodução, uma vez que a média de animais eliminados girava em torno de 35 a 50 mil por ano, o que representava apenas 5% da população canina e felina.

Nos anos 2000, os movimentos de proteção animal começaram a ganhar força e, com isso, nasce a ideia de que o Estado é responsável pelo cuidado com os animais, principalmente aqueles em situação de rua, ou seja, cabe ao estado criar políticas públicas eficazes que garantam o bem-estar animal (LIMA, 2016). Assim, houve uma mudança no método de controle populacional dos cães e gatos, pois a eficácia não era mais o único fator que importava, mas também a proteção desses animais. A política de captura e morte foi então substituída pela política de castração², que é um procedimento cirúrgico realizado por um veterinário, e tem como intuito impedir a reprodução descontrolada dos animais, sendo a forma mais eficaz de controle populacional, além de prevenir doenças como o câncer e a piometra (ROSA, 2015; LIMA, 2016).

No entanto, ainda existem dificuldades em desenvolver iniciativas para o bem-estar de animais em situação de rua em regiões menos desenvolvidas e economicamente instáveis (CAVALCANTE, 2016). Logo, há uma necessidade em expandir o debate sobre a importância de políticas voltadas para o bem-estar animal para esses locais, para que a população compreenda as necessidades dos cães e gatos e a importância da aplicação de políticas públicas voltadas para os mesmos.

² A castração é um procedimento cirúrgico que consiste na retirada de ovários, trompas e útero no caso da fêmea, e dos testículos no caso do macho (FMVA, 2018)

Percebe-se, então, que abordar essa questão discutindo a eficácia e a ética de políticas públicas, junto a sensibilização e o engajamento da população na implementação das medidas é essencial do ponto de vista social, por se tratar de uma questão de saúde pública que pode gerar benefícios para a população como um todo, diminuindo a poluição e a proliferação de doenças.

A implementação de políticas públicas voltadas para animais teve alguns estados pioneiros, como foi o caso de São Paulo (em 2008) e Rio Grande do Sul (em 2009). Entretanto, é necessário compreender e conhecer as experiências de pequenos municípios do interior, que não possuem a mesma estrutura ou a mesma verba que as grandes cidades, que há mais de uma década começaram a estruturar ações e serviços voltados para cães e gatos.

Diante disso, esta pesquisa busca resolver a seguinte questão: quais são as iniciativas do poder público de manejo populacional para cães e gatos e sua eficácia em municípios do Cariri paraibano? Desse modo, o presente estudo se propõe a analisar as políticas públicas e como os municípios paraibanos de Coxixola, Serra Branca e Sumé lidam com os animais à luz de diretrizes estabelecidas pela OMS e pelas entidades de proteção animal consolidadas, de modo a traçar alternativas que ajudem a elaborar ou melhorar a implementação e efetivação dessas políticas, auxiliando o poder público local a realizar ações que visem ao bem-estar desses animais. Nesse sentido, o presente estudo busca não apenas identificar a existência, mas também analisar a efetivação dessas políticas públicas na região do Cariri, fornecendo uma contribuição para gestores e organizações da sociedade civil preocupados com a causa animal. Para a realização do presente estudo foram escolhidos os municípios de Coxixola, Serra Branca e Sumé por questões geográficas, pois possuem fácil acesso, facilitando a coleta de dados. Além disso, já havia um conhecimento prévio acerca da existência de políticas de manejo populacional em Coxixola e Sumé e a carência delas em Serra Branca.

Tomamos como objetivo, então, identificar ações do poder público para o manejo populacional de cães e gatos em três municípios do Cariri Paraibano e avaliar tais medidas à luz das indicações da Organização Mundial da Saúde e dos parâmetros correntes de bem-estar animal e saúde única. Para alcançar tal intuito, definimos os seguintes objetivos específicos:

- Identificar as medidas a serem adotadas por uma política eficaz e ética de manejo populacional de cães e gatos, de acordo com as diretrizes da OMS e de pesquisadores e instituições com experiência consolidada em proteção animal;
- Mapear as condições de vida de cães e gatos nos municípios de Coxixola, Serra Branca e Sumé, do ponto de vista do bem-estar animal e da saúde única;

- Examinar a condição dos cães e gatos errantes e semi-domiciliados em municípios do Cariri paraibano;
- Identificar e comparar as medidas de manejo populacional existentes nos três municípios estudados;
- Avaliar a eficácia do manejo populacional em Coxixola, Serra Branca e Sumé, à luz das diretrizes da OMS e dos parâmetros correntes de bem-estar animal e saúde única.

Este trabalho divide-se em três capítulos. O primeiro, onde é abordado as diretrizes e protocolos estabelecidos pela OMS, pesquisadores e instituições de proteção animal para o manejo populacional de cães e gatos (controle populacional, identificação, promoção da adoção, educação para guarda responsável e ações preventivas em saúde). Já no segundo capítulo, de caráter metodológico, buscamos explicar como foi realizado o presente estudo, descrevendo como foram feitos os levantamentos bibliográficos, a pesquisa e análise documental, as entrevistas e as observações. No capítulo três, apresentamos os resultados e discussão das entrevistas e observações, descrevendo cada município estudado, caracterizando o problema do abandono e dos animais em situação de rua, apresentando as demandas existentes em cada cidade estudada e suas políticas de manejo populacional. Nas considerações finais, avaliamos a eficácia do manejo populacional em Coxixola, Serra Branca e Sumé, à luz das diretrizes da OMS e dos parâmetros correntes de bem-estar animal e saúde única, por fim, apresentamos as limitações do trabalho e sugestões para a gestão pública e para a realização de pesquisas futuras.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS

A ciência política é um ramo das ciências sociais, responsável pelo estudo do Estado, das estruturas dos governos e das instituições políticas, que se propõe a estudar as relações de poder existentes na sociedade e realizar uma análise acerca das políticas, sendo importante para compreender os impactos causados na sociedade através das decisões políticas e jurídicas tomadas pelo Estado (SANTOS, 2007).

De acordo com as análises de Souza (2006, p. 22), as políticas públicas nascem como objeto de estudo da ciência política com o intuito de analisar “como e por que os governos optam por determinadas ações”. Essa tradição de estudos possui quatro grandes nomes, são eles: H. Laswell, responsável pela criação da análise de políticas públicas; H. Simon, que evidencia uma limitação na racionalidade em processos decisórios, pois os decisores possuem um auto interesse; C. Lindblom, que evidencia que as decisões governamentais não levam em conta apenas a eficácia, como também eleições, burocracias, partidos e grupos de interesse; e D. Easton, que apresenta as políticas públicas como uma junção entre formulação, resultados e o ambiente (IBIDEM, 2006).

As políticas públicas podem ser definidas como ações definidas e implementadas pelos governos com o intuito de solucionar problemas e influenciar a vida dos indivíduos, conforme explica Souza:

As políticas públicas são o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (SOUZA, p.26, 2006)

A formação da agenda de políticas públicas está ligada à evidenciação do tema e envolve diferentes atores. Esses atores podem ser governamentais, como por exemplo presidente da república, governadores, prefeitos; ou atores não governamentais, o que engloba grupos de pressão, como professores, sindicatos, movimentos sociais e organizações não governamentais (RUA, 2014). Para que as políticas públicas sejam implementadas existe um conjunto de etapas a serem seguidas, os chamados ciclos de políticas públicas, que podem ser divididos em oito processos: 1º: Formação de problema; 2º: Definição do problema; 3º: Análise do problema; 4º: Formação de Alternativas; 5º: Tomada de decisão; 6º: Implementação; 7º: Monitoramento; 8º: Avaliação e Ajuste. Todavia, quando as políticas públicas possuem diferentes níveis de governo

(municipal, estadual e federal) ou diferentes regiões, sua implementação torna-se mais difícil, pois o controle do processo se torna mais complexo (RUA, 2014).

Os problemas são definidos, analisados e escolhidos de acordo com a necessidade de uma solução. Em seguida são executadas ações para solucionar o problema e, depois, são avaliadas para identificar o seu impacto na sociedade. Diante disso, a análise de Políticas públicas busca uma forma de melhorar a política e os processos políticos, apresentando propostas para o aperfeiçoamento dessas políticas (LIMA, D'ASCENZI, 2013; RUA, 2014).

Diante disso, surge a necessidade de realizar um mapeamento acerca das políticas públicas para realizar uma avaliação acerca dela. Para realizar um mapeamento “é preciso considerarmos os serviços que existem em nível formal, as condições de funcionamento, bem como a qualidade destes” (DE QUEIROZ, DINIZ, COSTA, 2007, p.2). A avaliação de políticas públicas realiza a análise dos “processos, produtos, qualidade, efeitos, impactos das ações realizadas”. Essa avaliação é inerentemente formal e possui duas dimensões, a saber: a) técnica, feita através da coleta e produção de informações; e b) valorativa, que é realizada por meio da análise das informações obtidas. Com isso a avaliação é fundamental para que haja uma melhoria e na criação de políticas públicas (RUA, 2014).

De acordo com Gelinski e Seibel (2008, p.228), “as políticas podem ser sociais (saúde, assistência, habitação, educação, emprego, renda ou previdência), macroeconômicas (fiscal, monetária, cambial, industrial) ou outras (científica e tecnológica, cultural, agrícola, agrária)”. Entre as políticas de sociais, Lucchese *et al.* (2004) classificam as políticas públicas em saúde como uma forma de melhorar a saúde dos indivíduos, os ambientes naturais, sociais e do trabalho, protegendo e recuperando a saúde da população. No Brasil, esse tipo de política social se consolidou através da Constituição de 1988, que declara que todos os cidadãos possuem direito à saúde e que o Estado é responsável por tal dever. Diante disso passou-se a ser implementado no Brasil políticas que visassem à proteção desses indivíduos, por exemplo, reduzindo o risco de proliferação de doenças. Já as políticas públicas ambientais visam a proteger o ambiente e proporcionar uma boa qualidade de vida para a sociedade (SALHEB, 2009).

Políticas públicas relacionadas a animais não-humanos costumam ser classificadas como políticas em saúde ou no meio ambiente, a depender dos objetivos em pauta. Em saúde estão as políticas de saúde única e prevenção de zoonoses; no meio ambiente, o equilíbrio ambiental e o bem-estar animal, que podem ter valor em si mesmo ou objetivos econômicos.

Conforme Lemos (2021), os temas relacionados à proteção animal começam a ganhar espaço nas agendas políticas; todavia, ainda que o assunto venha ganhando força, percebe-se

que essa evolução ocorre lentamente. Há uma necessidade de impulsionar a efetivação das políticas públicas para alcançar resultados mais satisfatórios quando se trata de promover o bem-estar animal, pois através de políticas públicas eficazes e guarda responsável será possível que haja um controle populacional e o bem-estar animal (LIMA, 2016; LIMA; LUNA, 2012).

A análise das políticas públicas é realizada através de uma perspectiva multidisciplinar e envolve o interesse de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, como a economia, ciência política, sociologia, antropologia, geografia, planejamento, gestão e ciências sociais aplicadas (SOUZA, 2006). Para a avaliação de políticas públicas de manejo populacional são utilizados a medicina veterinária, diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS), instituições como o Ministério da Saúde, saúde única, ações de controle populacional.

Quando o manejo populacional é vinculado com o sistema de saúde ele se torna mais eficiente, pois torna os indivíduos mais conscientes e preocupados com o bem-estar animal. Com isso surge a iniciativa de uma saúde única (OMS, 1998 apud GARCIA *et al.*, 2012).

A saúde única foi proposta pela OMS, Organização Mundial da Saúde Animal (OIE) e pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) (CFMV, 2020). O centro de informações em saúde silvestre (CISS) define a saúde única como uma junção entre a saúde humana, animal e ambiental, como mostra a Figura 1. A saúde única tem como fundamento as doenças que afetam os animais e os humanos, como é o caso da raiva. A saúde única busca prevenir e controlar essas doenças e, diante disso, o médico veterinário torna-se ator fundamental na saúde única.

Figura 1 - Definição de saúde única



Fonte: CFMV, 2021

Há algumas medidas indicadas pela OIE para o manejo populacional, são elas:

Educação e legislação para a guarda responsável, registro e identificação dos animais, controle reprodutivo, recolhimento e manejo de cães de rua capturados, controle das fontes de alimento e abrigo, restrição do movimento, educação para a redução dos ataques e mordeduras e eutanásia (OIE, 2012 apud GARCIA *et al.*, p.141, 2012).

Diante disso, para que haja um manejo populacional eficaz é necessário que sejam criadas políticas públicas que estejam vinculadas ao bem-estar animal visando o controle populacional, a identificação, a adoção e a guarda responsável.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O MANEJO POPULACIONAL

Devido ao alto índice de animais que são abandonados e, conseqüentemente, o número de animais em situação de rua, além dos animais que sofrem maus-tratos, a implementação de políticas públicas voltadas ao bem-estar animal se torna cada vez mais premente.

Lima e Luna (2012) afirmam que a falta ou a ineficácia de políticas públicas voltadas a animais em situação de rua gera poluição ambiental, transmissão de zoonoses e superpopulação. Com isso, a violência contra esses animais é constante, pois as pessoas os veem como vilões, quando, na verdade, são também vítimas. O instituto *Certified Humane* Brasil (2022) afirma que, assim como os seres humanos, os animais podem sofrer e sentir dor, alegria, prazer, satisfação e demais sentimentos. Isso é expresso através da *senciência*³ que reconhece que os animais possuem sentimento, sendo assim, são “sujeitos de direitos em nossa sociedade e em nosso ordenamento jurídico” (REGIS; COSTA, 2022, p. 40)

Os movimentos em defesa de animais em situação de rua estão muito ligados à necessidade do desenvolvimento de políticas públicas que visem à garantia do direito dos animais, considerando sua saúde, proteção e bem-estar (MENEZES FILHO, 2013).

No final do século XX a proteção aos animais cresceu em todo o mundo, junto a outros temas relacionados ao meio-ambiente. Com isso a política de captura e morte é substituída pela política de esterilização e tornou-se comum apresentar campanhas de vacinação antirrábica como ação para o bem-estar dos próprios animais (LIMA, 2016; LEMOS, 2021). Desse modo, cães e gatos passam a ganhar cada vez mais atenção da sociedade, fazendo com que fossem eleitos candidatos ligados à causa animal para alcançar e cobrar demandas específicas deste tema. Com isso, o Estado passa a ser ator na causa animal, pois é o responsável por criar

³ Significa “capaz de sentir ou perceber através dos sentidos; que possui ou consegue receber impressões ou sensações”(DICIO)

políticas públicas eficazes que garantam o bem-estar desses animais (LEMOS, 2021; LIMA, 2016)

Alguns Estados do Brasil foram pioneiros na implementação de políticas de bem-estar animal. São os casos de São Paulo (em 2008), Rio Grande do Sul (em 2009), Pernambuco (em 2010) e Rio de Janeiro (em 2013). Já no estado da Paraíba a lei de proteção animal só foi promulgada no dia 8 de junho de 2018, Lei nº 11.140, que instituiu o Código de Direito e Bem-estar animal na Paraíba com o intuito de estabelecer regulamentos que possibilitem uma maior proteção dos animais (ARAUJO; MARTINS, 2018).

Conforme é preconizado nessa lei, a proteção e defesa dos animais é um aspecto que contribui para “compatibilizar o desenvolvimento socioeconômico com a conservação do meio ambiente e o convívio harmônico em sociedade”, estando em consonância com o que é prescrito nas Constituições Federal e estadual (PARAÍBA, 2018, Art. 1). A lei nº 11.140 dispõe de uma seção apenas para o Controle de Zoonoses e Controle Populacional de Cães e Gatos, enfatizando no Art. 31 que “o controle populacional e de zoonoses de caninos e felinos em todo o Estado da Paraíba será considerado matéria de saúde pública” (PARAÍBA, 2018, Art. 31).

No Brasil, o extermínio de animais em situação de rua tornou-se proibido no ano de 2021 através da Lei Nº 14.228/1, promulgada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. Por meio da lei, a eutanásia de animais se torna proibida, com exceção dos animais errantes que apresentam doenças infecciosas que causem riscos a outros animais ou a seres humanos (BRASIL, 2021).

2.2 PREVENÇÃO ÀS ZOONESES COMO IMPERATIVO PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

A organização Mundial da Saúde classifica as Zoonoses como doenças ou infecções que são transmitidas naturalmente de animais vertebrados para humanos, existindo mais de 200 tipos, estando incluídas, a larva *migrans*, leptospirose, toxoplasmose, esporotricose, escabiose (sarna), parasitos intestinais, a raiva e a leishmaniose (WHO, 2020). Entre elas, as duas que tiveram consequências mais fortes para o convívio com cães e gatos foram raiva e leishmaniose, por causa dos surtos que ocorreram nos séculos XI e XX e da gravidade dos quadros por elas desencadeados.

O Ministério da Saúde classifica a raiva como “uma doença infecciosa viral aguda grave, que acomete mamíferos, inclusive o homem, e caracteriza-se como uma encefalite progressiva e aguda com letalidade de aproximadamente 100%” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2023). Diante disso, a OMS (1999) expressa a importância de prevenir a infecção rábica após

a exposição. A OMS destaca três pilares que todo programa de controle de raiva deve conter, são eles: vigilância epidemiológica, que é a base do combate à raiva; imunização por meio das campanhas de vacinação, sendo a medida mais importante; e o controle da população canina através restrição de movimento, controle do habitat e regulação da reprodução (OMS, 1999).

A Organização Mundial da Saúde afirma ainda que:

Conseguiu-se uma ampla cobertura da vacinação através da aplicação de estratégias que consistem em campanhas educacionais bem preparadas e de curta duração, em vacinação em massa e marcação, seguidas, depois de uns poucos dias, pela vacinação dos cães não imunizados durante a primeira campanha (OMS, 1999, p.57).

Já leishmaniose é definida pela Organização Pan-Americana de saúde (OPAS) como uma zoonose que é transmitida para humanos e animais não-humanos através da picada de insetos. Ela possui diferentes classificações, são elas: cutânea, mucosa/mucocutânea e visceral, sendo a visceral a recorrente em cães e gatos, conhecida popularmente como calazar.

O animal que testava positivo para a zoonose era sacrificado. No entanto, a eliminação desses animais não se mostrou eficiente para o controle, com isso “a eutanásia será indicada somente quando os animais doentes evoluírem para o agravamento das lesões cutâneas, com surgimento de lesões mucosas e infecções secundárias que poderão conduzir o animal ao sofrimento (MINISTÉRIO DA SAUDE, 2017, p.133).

Diante disso, o Ministério da Saúde (2017) ressalta a importância da educação em saúde através de campanhas informativas sobre a zoonose com o intuito do indivíduo identificar os sinais e procurar um tratamento adequado, e capacitação das equipes de agentes comunitários de saúde e das equipes de saúde da família, vigilâncias ambiental e epidemiológica.

As duas zoonoses continuam sendo ameaças permanentes, entretanto atualmente existem políticas de controle, como vacinação e manejo ambiental, além disso, a OMS realiza mecanismos que buscam a prevenção, a vigilância e detecção de zoonoses por meio de notificação, investigação epidemiológica e laboratorial (WHO, 2020).

2.3 DIRETRIZES E PROTOCOLO DE AÇÃO PARA O MANEJO POPULACIONAL DE CÃES E GATOS

O Manejo populacional tem como intuito possibilitar o bem-estar, saúde animal e equilíbrio ambiental, a partir da adoção de estratégias de controle populacional, de guarda responsável, de prevenção do abandono, e de prevenção de zoonoses por meio das vacinações (GARCIA *et al.*, 2012).

Diante da superpopulação de cães e gatos em situação de rua nos mais diversos municípios brasileiros, faz-se cada vez mais necessária a ampliação de políticas que visem ao manejo populacional. Para que ele seja eficaz, é necessário que haja ações integradas de promoção da saúde, castração acessível, educação para guarda responsável e responsabilização dos tutores pelos seus animais (o que pode incluir monitoramento via microchipagem). Vieira e Nunes afirmam ainda que "o manejo das populações de animais e o controle de zoonoses devem ser contemplados em programas ou políticas públicas em todos os municípios." (VIEIRA, NUNES, p.11, 2016). Contudo, Garcia *et al.* (2012) ressaltam que, para um manejo eficiente, é necessário compreender as particularidades de cada município, pois cada local possui características próprias.

2.3.1 Controle populacional

Os centros de Controle de Zoonoses (CCZ) foram criados como forma de controle populacional e manutenção da saúde humana e, por muito tempo, foi responsável pela captura e morte dos cães e gatos (LEMOS, 2021).

Conforme Lima (2016) o controle populacional de cães e gatos em situação de rua era feito por meio da política de captura e morte, qualquer animal que fosse encontrado na rua era levado pela carochinha e sacrificado, entretanto essa prática era ineficaz como mostra o relatório realizado pela OMS, que evidencia que o combate à raiva humana e canina através de programas de eliminação de cães é ineficaz e caro (OMS, 1999).

Em contraposição à política de captura e morte, foram criadas políticas públicas de controle populacional por meio da castração desses animais, microchipagem e educação ambiental. Com isso, a educação para guarda responsável e a responsabilização se tornam essenciais para que haja um controle populacional desses animais (CIDREIRA *et al.*, 2014; GARCIA, 2005).

Lima e Luna (2012) afirmam que em lugares onde houve a implantação de políticas públicas voltadas à castração animal houve uma diminuição no número desses animais, sendo assim a castração é uma das alternativas mais eficazes para o controle populacional, pois assim há uma redução no número de animais. Além de diminuir a natalidade dos animais, a castração possui diversos benefícios como prevenir câncer, piometra, hiperplasia prostática e tumores perianais (GRANCHI, 2023).

Com base na busca no google acadêmico, buscando pelas palavras chaves de "Município + programa populacional de cães e gatos" foram identificados trabalhos que tratam

das ações de controle populacional em alguns municípios do Brasil. São os casos de Praia Grande (São Paulo); São José do pinhais (Paraná); Pelotas (Rio Grande do Sul); Ibiúna (São Paulo); Marília (São Paulo); Araucária (Paraná); Sinop (Mato Grosso); Santa Cruz do Arari (Pará); Alegre (Espírito Santos); Descalvado (São Paulo); Manaus, Manacapuru e Novo Airão (Amazônia); Conselheiro Lafaiete (Minas Gerais); Mãe do Rio (Pará); Catalão (Goiás); Realeza (Paraná); Belém (Pará); São Paulo (São Paulo); Jaboticabal (São Paulo); Teresópolis (Rio de Janeiro); Salinas (Minas Gerais); Rio de Janeiro (Rio de Janeiro); Porto Alegre (Rio Grande do Sul); Belo Horizonte (Minas Gerais); Itabirito (Minas Gerais); Barbacena (Minas Gerais); Telêmaco Borba (Paraná); Recife (Pernambuco).

Diante da falta de tempo não será realizada uma revisão sistemática de todas as ações existentes, entretanto, por meio dessa busca é possível analisar através dos trabalhos identificados que existem pelo Brasil diversas ações de manejo populacional, sendo um indicativo que existem mais ações pelo país, sendo assim é possível perceber que há um aumento considerável nesse tipo de ação de manejo populacional. Apresentarei alguns exemplos de ações de controle populacional existentes.

Um exemplo de ação de controle populacional muito utilizado são os mutirões de esterilização cirúrgica, conhecidos popularmente como mutirões de castração. Os mutirões têm como intuito controlar a reprodução de cães e gatos e diminuir o número de cães e gatos em situação de rua. Para que os mutirões sejam realizados é necessário a aprovação do conselho de medicina veterinária e uma “estrutura física adequada para a realização dos procedimentos, além das salas de pré-cirurgia, cirurgia e pós-operatório, são exigidos espaços específicos para paramentação da equipe e esterilização dos materiais” (CRMVSP, 2023). Como é o exemplo do programa adote um vira-lata⁴ que realiza mutirões de castração em Recife-PE com o intuito de realizar um controle populacional, para reduzir o número de animais abandonados, de transmissões de zoonoses e maus-tratos (CIDREIRA *et al.*, 2014)

Há também algumas iniciativas de "Castramóvel" que é um serviço médico-veterinário móvel para cães e gatos sendo utilizado para a realização de castrações (CRMVSP, 2023). Como é o caso do projeto veterinário nômade, conhecido popularmente como “vet nômade”, que funciona por meio de ônibus intitulado de "castramóvel". O projeto foi idealizado pelo veterinário Rodrigo Mendes. Segundo Rodrigo, "o projeto surge da necessidade de comunidades lotadas de animais e sem serviços especializados". O castramóvel atua

⁴ Adote um vira-lata é um projeto de extensão da UFPE, que tem como intuito realizar o controle populacional, a identificação, promover a adoção responsável e realizar ações educativas (BASSOLI, 2014).

principalmente no estado da Bahia, entretanto já realizou ações em alguns municípios dos estados do Pernambuco, Distrito Federal e Espírito Santo (GRANCHI, 2023).

Outro método de controle populacional é a captura, esterilização e devolução (CED), que consiste em retirar o animal da rua, realizar a castração e devolver para a rua. A CED busca diminuir o número de animais em situação de rua e proporcionar o bem-estar desses animais. (MELLO, 2017).

Dados obtidos na pesquisa do programa Adote um vira-lata mostram a ineficácia de eventos de adoção de animais não castrados, pois foram adotados 225 animais, sendo 170 não castrados. Após realizarem contato com 105 tutores se constatou que apenas 25 haviam realizado as castrações dos animais após a adoção. Durante a pesquisa foi constatado que a maioria dos animais não castrados vinham a óbito, sendo assim, a grande parte dos animais que foram adotados antes de serem castrados não foram castrados posteriormente. Com isso, nota-se que a eficácia de eventos de adoção se torna maior quando os animais são castrados antes da adoção (SOUZA, *et al.* 2015).

2.3.2 Identificação

Levando em consideração o alto índice de animais em situação de rua, e as dificuldades que esses animais enfrentam, uma das alternativas para minimizar este problema é a realização da microchipagem em animais. Através da microchipagem é possível vincular os dados dos animais aos dos seus tutores, evitando-se assim o abandono e o aumento de animais em situação de rua, além disso, microchip permite que caso um animal seja adotado, e abandonado ou sofrer maus-tratos, o dono será localizado e punido conforme a lei (SCORTEGAGNA *et al.*, 2017; SCARPIONI; MANÇANARES, 2022). Segundo a diretoria de bem estar-animal de Florianópolis, "Microchip funciona como um RG do animal, facilitando a sua identificação caso ele fuja ou se perca. E é uma forma de evitar o abandono de animais" (PMF, 2023).

Com a microchipagem também é possível ter um controle populacional mais eficaz (SCORTEGAGNA *et al.*, 2017). O autor supracitado destaca alguns benefícios que a microchipagem possui:

Os benefícios da microchipagem são inúmeros, dentre eles pode-se citar que o controle favorece tanto o poder público, quanto a sociedade e a população de animais. Para o poder público diminui-se o número de animais nas ruas, a sociedade passa a ter uma melhora na saúde pública à medida que diminui as chances de doenças transmitidas pelo contato com os animais e para o animal verifica-se que diminuem os casos de abandono e conseqüente sofrimento deles (SCORTEGAGNA *et al.*, 2017, p.65)

Segundo Garcia (2005) a microchipagem é essencial para o controle populacional de cães e gatos. Ela pontua que em países onde a microchipagem é utilizada de forma obrigatória o índice de problemas com animais em situação de rua é pequeno, não há muitos animais sacrificados e há um índice alto de animais resgatados, já onde a microchipagem não utilizada de forma obrigatória há um alto índice de animais que se encontram em situação de rua (GARCIA, 2005).

Alguns estados do Brasil já adotaram a utilização da microchipagem, como é o caso de Recife-PE, onde nos eventos de adoção do programa Adote um Vira-Lata apenas os animais microchipados são colocados para adoção (SOUZA, 2017).

2.3.3 Adoção animal

O abandono de animais continua crescendo, fazendo com que o número de animais em situação de rua continue aumentando, em contrapartida ao abandono existem organizações não governamentais (ONGs) e protetores que realizam o resgate desses animais. Esses animais são medicados, castrados e postos para adoção. Entretanto, Orsini, Barbosa e Costa (2015) apresentam algumas das dificuldades vividas pelas organizações que lidam com a causa animal. As mais recorrentes são: os recursos financeiros, falta de voluntários e a dificuldade para que estes animais sejam adotados. Além disso, em virtude do alto índice de animais abandonados e o baixo índice de adoção, muitas ONGs e protetores enfrentam problemas de superlotação e falta de alimento para tantos animais.

Ademais os animais sem raça definida (SRD), conhecidos popularmente como vira-latas são os que encontram mais dificuldade para encontrar um lar, pois os animais de raça são os mais procurados para adoção e compra. Isso é corroborado por Santos (2015), que relata que em eventos de adoção animais com raça definida são mais procurados e que para que os vira-latas sejam adotados é preciso muitas vezes realizar um processo de convencimento. Além disso, de acordo com Lemos (2021), há também uma preferência por animais de pelagem clara, sendo aqueles de pelagem escura os menos adotados.

Com o intuito de diminuir o número desses animais, muitas ONGs e protetores realizam eventos para promover a adoção. Esses eventos tem como objetivo facilitar a adoção de cães e gatos, com isso esses animais são reunidos em um espaço, onde as pessoas podem os observar e os adotar, além das feiras de adoção os meios digitais também são usados para promover a adoção (LIMA, 2016).

A Arca Brasil, uma associação humanitária de proteção e bem-estar animal, criou uma lista com dez mandamentos para guarda responsável, sendo o seu segundo mandamento "Adote animais de abrigos públicos e privados (vacinados e castrados), em vez de comprar por impulso". A Arca destaca a importância da adoção em contrapartida a compra de animais, fato este corroborado por Scherer *et al.* (2021) que afirmam que a adoção é um ato nobre e que pode mudar a vida do animal adotado.

Scherer *et al.* (2021) afirmam que a adoção de animais vinculada com a conscientização são estratégias fundamentais para a diminuição do número de animais em situação de rua, e para o aumento do bem-estar animal, pois a falta de informação é um dos principais motivos que gera o abandono animal e dificulta a adoção.

2.3.4 Educação para guarda responsável

Muitas são as causas que influenciam no crescimento do número de animais em situação de rua. Martinhago e Magalhães (2018) evidenciaram alguns fatores que contribuem para isto, apontando especialmente a capacidade de reprodução e a falta de controle de natalidade, uma vez que os cães crescem e se reproduzem rapidamente. Junto a isto, existem os fatores econômicos, a falta de interesse em cuidar deles e problemas de adaptação que também influenciam no aumento de animais em situação de rua.

Cavalcanti (2016) afirma que muitos dos animais que se encontram em situação de rua, um dia já tiveram um lar. Muitas vezes esses animais foram abandonados nas ruas por comportamentos indesejados, como urinar no lugar errado, comer algo que não devia ou por chorar durante a noite. Em virtude disso, é possível perceber que a fonte do problema do abandono está relacionada à falta de conhecimento, pois tais indivíduos não sabem como lidar com esses animais (LEMOS, 2021).

Conforme Lima e Luna (2012), o abandono dos animais acontece muitas vezes em decorrência da falta de conhecimento quanto aos cuidados que eles precisam, como alimentação, cuidados veterinários, um espaço adequado e a necessidade de atenção. Quando o tutor não tem esse conhecimento acerca das necessidades dos animais, acabam por diversas vezes optantes pelo abandono.

Por esse motivo, os gestores públicos envolvidos com a causa animal encontram a necessidade de mais investimentos em programas educativos para que o tema "guarda responsável" possa ser amplamente disseminado junto à sociedade, pois com uma educação responsável é possível formar tutores conscientes, o que resulta na diminuição do número de

animais abandonados (LEMOS,2021). Souza destaca que “a guarda responsável serve como um protocolo que guia e orienta o tutor sobre as necessidades básicas e o controle de seu animal, sendo essas necessidades: a alimentação balanceada, o abrigo apropriado, o acesso a cuidados de saúde, afeto e lazer” (SOUZA, 2017, p. 22).

2.3.5 Atendimento veterinário e ações preventivas de saúde

Em 2008 foram criados os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) com o intuito de ampliar e melhorar a atenção básica e saúde da família, nele deve conter equipes de profissionais de áreas distintas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010).

Em 2011 através da portaria nº 2.488 os veterinários passaram a ser inseridos nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF). Isso ocorre pois, com o surgimento da proposta da saúde única, o médico veterinário torna-se fundamental para garantir a saúde humana, animal e ambiental, auxiliando no desenvolvimento sustentável e na responsabilidade ambiental. (BRASIL, 2011; CFMV, 2021).

O CFMV (2021) apresenta os âmbitos onde o médico veterinário passa a atuar através da saúde única. São eles: Vigilância Ambiental, Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, Saúde do trabalhador, Educação em Saúde, Laboratório de Saúde Pública, Atenção Primária e Gestão.

De acordo com o Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado da Paraíba (CRMVPB, 2015), nos NASF, o médico veterinário atua realizando visitas nas residências com o intuito de diagnosticar quais os riscos existentes naquele ambiente em relação ao convívio dos humanos com os animais e o meio ambiente.

O CRMVPB (2015) constata ainda que:

O contato com a população permite ajudar a sanar dúvidas sobre cuidados gerais, como alimentação, vermifugação e vacinação, melhorando o convívio com os animais de estimação, prevenindo doenças e o abandono nas ruas. Os profissionais de Medicina Veterinária participam do desenvolvimento de ações educativas e de mobilização contínua da comunidade, ajudando no controle de doenças e conscientização sobre o uso e manejo adequado do território.

Através da afirmativa do CRMVPB é possível perceber que o médico veterinário é fundamental na saúde pública, pois através das visitas às residências ele poderá perceber os primeiros indícios de que há algo errado com animal, com esse diagnóstico é possível fornecer cuidados antes que o problema evolua para algo mais grave, além disso ele não é responsável apenas por diagnosticar doenças e tratá-las, mas também orientar a sociedade através de ações educativas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos da pesquisa, adotados para alcançar os resultados propostos. Assim, apresenta-se nesse a caracterização da pesquisa e as etapas para desenvolvimento do estudo, abordando os métodos utilizados em cada etapa.

Com relação à sua natureza, o presente trabalho se caracteriza como uma pesquisa aplicada, que é projetada para apoiar suas descobertas a um problema específico identificado pelo pesquisador (GIL, 2017; COLLIS; HUSSEY, 2005).

Selecionou-se para este estudo uma abordagem qualitativa, posto que os métodos qualitativos visam a entender na sociedade seus processos e estruturas, por meio de estudos em casos específicos (ALONSO, 2018). Richardson (2012, p.79) corrobora com isso ao afirmar que a pesquisa qualitativa “além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social”.

Justamente pela abordagem qualitativa e pela tendência de não haver bases de dados sobre o tema (uma dificuldade já apontada por outros autores), adotamos como estratégia o estudo de caso, a fim de obter a compreensão de uma investigação baseada em experiência e observação com o intuito não de generalizar as informações, mas de analisar de forma mais detalhada o objeto de estudo escolhido em um recorte específico (YIN, 2010). Assim, no intuito de mapear os desafios e entender como estão sendo aplicadas políticas públicas de manejo populacional de cães e gatos no Cariri paraibano, optamos por selecionar três municípios: Coxixola, Serra Branca e Sumé.

Quanto aos procedimentos técnicos, foram utilizados três: revisão bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas. A pesquisa foi dividida em quatro momentos: revisão bibliográfica, análise documental, pesquisa de campo (entrevistas e observações) e análise de dados.

3.1 LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

Para o levantamento bibliográfico, buscamos na literatura existente maior aprofundamento sobre a temática das políticas públicas para animais em situação de rua. A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já formado, constituído, especialmente, de livros e artigos científicos, tendo importância para o levantamento de dados fundamentais ligados ao assunto fazendo com que o pesquisador obtenha informações mais abrangentes (VERGARA, 2007; GIL, 2017).

Utilizamos a revisão bibliográfica para buscar na literatura existente maior aprofundamento sobre a temática das políticas públicas para o manejo populacional. A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir de livros e artigos científicos que estão disponíveis em bancos de dados do *Google Scholar*, do site OPAS e do Ministério da Saúde, por meio de órgãos como o Conselho Federal de Medicina Veterinária e o Conselho Regional de Medicina Veterinária. As principais palavras-chave utilizadas para a busca bibliográfica foram, ‘animais de estimação’, ‘zoonoses’, ‘animais em situação de rua’, ‘políticas públicas’, ‘controle populacional’, ‘superpopulação’, ‘manejo populacional’, ‘bem-estar animal’, ‘proteção animal’, ‘saúde única’. Os textos foram utilizados para fundamentar e aprofundar os conhecimentos sobre o tema a partir de uma familiarização dos debates e dos conceitos nas áreas da medicina veterinária, ciências biológicas, e ciências sociais. O segundo conjunto de textos consiste em relatos de experiências acerca do que já foi realizado no Brasil e na Paraíba sobre o manejo populacional de cães e gatos.

3.2 PESQUISA DOCUMENTAL

A pesquisa documental diz respeito a um conjunto de ações para representar o conteúdo de documentos de maneira diferente do original, através de processos de transformação. Logo, a característica fundamental da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos de fontes primárias que passam para um documento secundário (MARCONI, LAKATOS, 2002; GIL 2017).

Nessa segunda etapa, foi utilizada a pesquisa documental por meio de sites como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, onde buscamos dados a certa do índice de animais domiciliados e o índice de animais vacinados no Brasil e na Paraíba; de documentos de entidades como a Organização Mundial de Saúde (OMS) e o Ministério da Saúde onde buscamos identificar as diretrizes indicadas para o manejo populacional e as fundamentações em termo de dados e argumentações, bem como relatos de experiências apontados como relevantes; buscamos leis estaduais, federais e municipais para analisar as normativas estabelecidas no Brasil e na Paraíba e o que está sendo priorizado na legislação e de que maneira pode servir de base para elaboração de políticas públicas no Cariri paraibano; também utilizamos os sites oficiais dos municípios estudados para obter dados sobre o funcionamento dos mesmos. No quadro a seguir está a listagem dos documentos utilizados na análise documental.

Quadro 1- Documentos analisados na pesquisa documental

AUTORIA	DOCUMENTO	OBJETIVO
Ministério da saúde	Portaria nº 2.488	Compreender a inserção dos médicos veterinários nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF)
Brasil, presidência da república	Lei nº 14.228/1	Analisar a lei que proíbe a eutanásia de animais em todo país
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	Animais domiciliados no Brasil	Identificar a quantidade de animais em domicílios que existem no Brasil.
Ministério da Saúde	Manual de vigilância da leishmaniose tegumentar	Analisar as indicações pa
Estado da Paraíba	Lei nº 11.140 Código de direito e bem-estar animal na Paraíba	Analisar a lei estadual de proteção animal implementada no estado da Paraíba em 2018 que visa o direito e o bem-estar animal
Organização Mundial da Saúde (OMS).	Oitavo relatório sobre raiva da Organização Mundial da Saúde (OMS).	Identificar quais as diretrizes estabelecidas pela OMS para o controle da raiva.

Fonte: elaboração própria

3.3 PESQUISA DE CAMPO

A terceira etapa desta pesquisa foi composta pela pesquisa de campo, tendo como técnica central a realização de entrevistas semiestruturadas e como técnica adicional a realização de algumas observações sistemáticas. A pesquisa de campo foi realizada em três municípios do Cariri paraibano: Coxixola, Serra Branca e Sumé. Os municípios foram escolhidos por questões geográficas, pois possuem fácil acesso, facilitando a coleta de dados. Além disso, já havia um conhecimento prévio acerca da existência de políticas de manejo populacional em Coxixola e Sumé e a carência da mesma em Serra Branca.

3.3.1 Entrevista

Segundo Batista, Matos e Nascimento (2017), a entrevista é uma ferramenta de coleta de dados utilizada há muito tempo no campo da sociologia. Os autores destacam que “nas ciências sociais a entrevista qualitativa é uma metodologia de coleta de dados amplamente empregada” (BATISTA; MATOS; NASCIMENTO, 2017, p. 25).

Utilizar-se da entrevista para obtenção de informação é buscar compreender a subjetividade do indivíduo por meio de seus depoimentos, pois se trata do modo como aquele sujeito observa, vivência e analisa seu tempo histórico, seu momento, seu meio social etc.; é sempre um, entre muitos pontos de vista possíveis (BATISTA, MATOS, NASCIMENTO, 2017, p.26).

Para esta pesquisa, foi adotada a entrevista semiestruturada, utilizada com frequência, no campo da Sociologia (GUAZI, 2021). Nesse tipo de entrevista, utiliza-se um roteiro com tópicos ou perguntas pré-determinadas, mas é flexível para discorrer sobre outras questões que emergem do diálogo entre entrevistador e entrevistado, buscando aprofundar informações e esclarecer aspectos importantes do relato (GUAZI, 2021; BATISTA, MATOS e NASCIMENTO, 2017).

No planejamento inicial, as entrevistas seriam realizadas com um protetor, um veterinário e um representante político (secretário municipal) de cada município. Algumas alterações foram realizadas de acordo com a realidade dos municípios em questão. Os protetores foram escolhidos por serem indivíduos que atuam na causa animal de forma direta, possuem conhecimento acerca dos problemas fundamentais dos municípios, ajudam os animais em situação de rua, conhecem pontos de abandonos, a realidade desses animais em seus municípios e a forma como eles são tratados pela população e pelo poder público. No caso de Coxixola, porém, não foi identificado nenhum protetor ou protetora, sendo citados apenas o prefeito e sua esposa. Porém, em virtude de problemas de saúde da mãe do prefeito, não foi possível realizar entrevista com ambos. Os veterinários foram escolhidos pois atuam cuidando dos animais e possuem um conhecimento mais profundo sobre a saúde animal e suas necessidades. Na seleção dos informantes, foram buscados veterinários contratados por cada uma das prefeituras, já que isso daria acesso a informações sobre a implementação de políticas públicas. Já o representante político foi escolhido por atuar diretamente nas políticas públicas dos municípios, além de possuir um conhecimento maior acerca do funcionamento delas, no entanto no município de Sumé não consegui realizar entrevista com um representante político, pois tive dificuldade para acessar os mesmos. Já os funcionários públicos foram entrevistados, pois atuam exercendo as políticas públicas dos municípios.

Chegamos, então, aos seguintes entrevistados:

Quadro 2 - Entrevistas realizadas na pesquisa de campo. Paraíba, 2023

Município	Entrevistados
Sumé	2 protetores de animais 1 funcionária pública (coordenadora da vigilância ambiental) 1 veterinário contratado pelo município
Coxixola	1 secretário do meio ambiente 1 funcionária pública do abrigo 1 veterinário contratado pelo município
Serra Branca	1 secretário do meio ambiente 2 funcionários públicos (coordenador da vigilância ambiental e fiscal da vigilância sanitária) 1 veterinário contratado pelo município

Fonte: elaboração própria

As entrevistas foram realizadas de forma presencial e tiveram duração de 30 minutos a 1 hora, em decorrência da disponibilidade do entrevistado. Para a realização das entrevistas foram elaborados três roteiros⁵ distintos: um para o protetor, um para o veterinário e uma para a figura política. Os roteiros foram divididos por bloco com perguntas em comum para cada categoria, tendo algumas perguntas a mais, específicas para cada município. Os quadros 2, 3 e 4 apresentam a relação entre os blocos temáticos das entrevistas e as perguntas de pesquisa a eles associadas.

Quadro 3 - Blocos temáticos do roteiro de entrevista com protetores. Paraíba, 2023

BLOCO	OBJETIVO/JUSTIFICATIVA
Perfil	Conhecer o entrevistado(a) e compreender sua realidade.
Atuação	Analisar como é a atuação dos entrevistados como protetores.
Sobre animais em situação de rua	Compreender como é a situação dos animais que vivem nas ruas, para analisar como eles são vistos e tratados pela população e pelo poder público.
Específico para cidade X	Analisar como os protetores de cada cidade estão atuando levando em consideração as políticas existentes em cada municípios.

Fonte: Elaboração própria

⁵ Os roteiros utilizados na pesquisa então nos apêndices A, B e C

Quadro 4 - Blocos temáticos do roteiro de entrevista com veterinários. Paraíba, 2023

BLOCO	OBJETIVO/JUSTIFICATIVA
Perfil	Conhecer o entrevistado(a).
Atuação	Compreender como é sua atuação.
Atuação na clínica de cães e gatos	Analisar sua atuação em relação aos cuidados animais.
Avaliação da atuação do poder público	Analisar como é a relação do veterinário junto ao poder público.
Sobre animais em situação de rua	Identificar os cuidados veterinários com animais em situação de rua.
Específico para cidade X	Analisar como é a atuação dos veterinários em cada município.

Fonte: Elaboração própria

Quadro 5 - Blocos temáticos do roteiro de entrevista com figura política e/ou funcionário público. Paraíba, 2023

BLOCO	OBJETIVO/JUSTIFICATIVA
Perfil	Conhecer o entrevistado(a).
Atuação	Compreender como é sua atuação no município.
Vacinação	Identificar a efetivação das campanhas de vacinação.
Saúde única e bem-estar animal	Compreender como os municípios atuam em relação ao bem-estar animal.
Sobre animais em situação de rua	Analisar como o poder público dos municípios lidam com os animais em situação de rua.
Atuação do poder público	Analisar o que o poder público pensa em relação às políticas de bem-estar animal.
Específico para cidade X	Analisar como o poder público de cada cidade estudada lida com os cães e gatos, a fim de compreender suas semelhanças e diferenças.

Fonte: Elaboração própria

Para cada entrevistado foi entregue um termo de consentimento livre esclarecido (TCLE), realizado em duas vias, das quais uma ficou com o entrevistado e a outra com a pesquisadora, com o intuito de garantir a segurança do entrevistado e da pesquisa. Para os protetores a fim de preservar suas identidades foram criados nomes fictícios. A protetora do município de Sumé será chamada de Maria, o protetor de Sumé receberá o nome de Antônio, o

protetor de Serra Branca será chamado de João. O mesmo não será feito com os demais entrevistados, por se tratar de figuras públicas nos municípios - algo esclarecido no TCLE de cada um.

3.3.2 Observação sistemática

Conforme Marconi e Lakatos (2017, p.219), “A observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações que utilizam os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar”. Os autores apresentam oito formas de observação e a utilizada para esta pesquisa foi a observação sistemática, pois tem um objetivo estabelecido, porém não de forma rígida. Conforme Marconi e Lakatos (2017, p. 221-222), “na observação sistemática, o observador sabe o que procura e o que carece de importância em determinada situação; deve ser objetivo, reconhecer possíveis erros e eliminar sua influência sobre o que vê ou recolhe.

A observação foi realizada nos três municípios: Coxixola na Clínica veterinária popular e no abrigo municipal, onde analisei o funcionamento, durante o período de 4 de maio a 2 de junho de 2023. Em Sumé, onde observei o CASTRAPET municipal em três visitas: uma para realização de cadastro para o serviço de castração e as outras duas para levar animais para passarem pela cirurgia no CASTRAPET. A observação nos ambientes teve como intuito observar os espaços reservados para os cães e gatos, o bem-estar animal, o funcionamento dos locais e como acontece a implementação de políticas públicas para os animais em situação de rua nos municípios. Em Serra Branca, onde foi observado a cidade.

3.4 ANÁLISE DOS DADOS

Buscamos mapear a situação dos animais nos municípios estudados, identificar quais ações existem atualmente ou já existiram no município de ações voltadas para cães e gatos e analisar de acordo com o que está prescrito na literatura científica em relação às diretrizes de manejo populacional que foram apresentadas no capítulo anterior.

Através das entrevistas, buscamos compreender a concepção que essas pessoas têm em relação à presença dos animais em situação de rua, as políticas públicas, o que eles entendem e defendem em relação ao bem-estar desses animais. Já nos municípios onde existem políticas públicas para cães e gatos, buscamos compreender como ocorre a sua implementação e avaliar sua eficácia e eficiência.

4 MAPEAMENTO DAS CONDIÇÕES DE CÃES E GATOS E DAS POLÍTICAS DE MANEJO POPULACIONAL EM MUNICÍPIOS DO CARIRI PARAIBANO

No presente capítulo apresento os resultados da pesquisa, a partir dos quais busco identificar e analisar as ações do poder público para o manejo populacional de cães e gatos nos municípios de Coxixola, Serra Branca e Sumé, à luz das indicações da Organização Mundial da Saúde e dos parâmetros correntes de bem-estar animal e saúde única. Para fins didáticos, os resultados de cada município serão apresentados separadamente. Após isso, retomo brevemente os principais resultados para comparar as medidas de manejo populacional existentes nesses locais.

4.1 COXIXOLA

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Coxixola possuía uma população 1.824 habitantes no ano de 2022. Está localizado na mesorregião da Borborema e na microrregião do Cariri Ocidental e possui uma área da unidade territorial 173,942 km² (IBGE, 2023a). Coxixola pertencia ao município de São João do Cariri e só teve sua emancipação política no ano de 1994, tendo assim, uma estrutura administrativa bastante recente.

Conforme o site oficial da prefeitura, o município possui oito secretarias, sendo elas: Administração e Finanças; Agropecuária, Pesca, Indústria e Comércio; Assistência Social; Chefe de Gabinete; Educação e Cultura; Esporte, Lazer e Juventude; Infraestrutura; Saúde (COXIXOLA, 2023). Entretanto, segundo informações obtidas pelo secretário entrevistado, que atua como secretário da Agricultura, Meio Ambiente, Indústria e Comércio, por questões administrativas visando economizar na folha de pagamentos, a secretaria do Meio Ambiente é vinculada à secretaria da Agricultura.

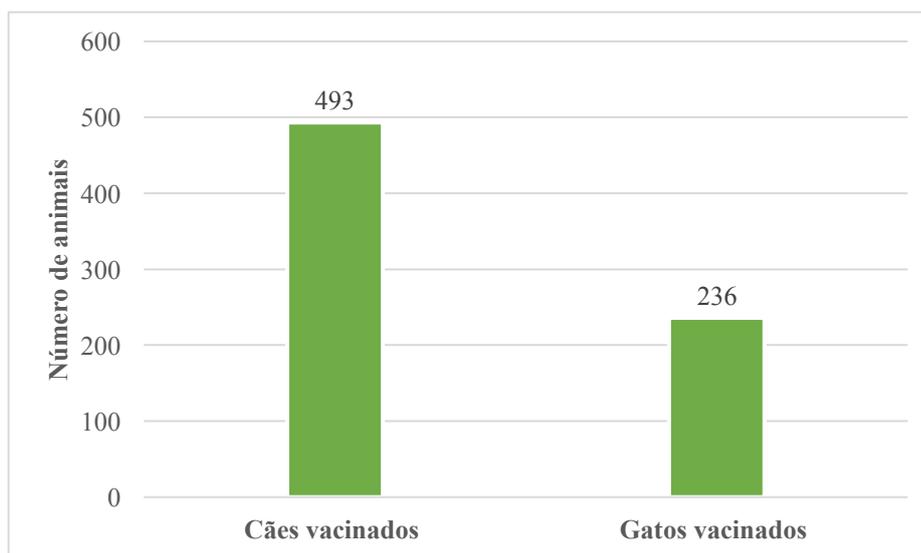
Durante minhas visitas a Coxixola, notei poucos animais andando pelas ruas. Entretanto, durante a realização das entrevistas, os entrevistados relataram que, no município, o abandono de cães e gatos é um sério problema. De acordo com o veterinário do município, “o poder público tem feito a parte dele, só que a gente vê muita coisa errada por conta da população. A gente observa o abandono animal, maus-tratos, há alguns tutores que negligenciam os direitos dos animais”. A partir da fala do entrevistado, é possível perceber uma preocupação com os padrões de tutoria na cidade, com recorrência de abandonos e maus-tratos. Não foi possível nesta pesquisa aprofundar essa questão, pois não há dados sobre (maus-tratos

inclusive não costumam ser denunciados no Cariri). Indicando a limitação no mapeamento da situação de cães e gatos em Coxixola por não ter conseguido contato com protetor de animais no município, pois sempre indicavam apenas o prefeito e sua esposa como protetores da cidade. Porém em virtude aos problemas de saúde da mãe do prefeito não foi possível realizar a entrevista.

Sobre as ações do poder público, a primeira a destacar é a vacinação antirrábicas, que acontece anualmente. O secretário do meio ambiente relata que é lei a realização dessa vacinação e que a adesão da população levando os animais é “muito boa”. Ele ainda relata que os animais que estão pelas ruas também são vacinados, pois aqueles que se encontram nas ruas possuem alguém que os alimentam e os levam para a vacinação. Após a campanha, as vacinas que sobram ficam disponíveis até sua validade na clínica veterinária pública, sobre a qual falaremos a seguir.

O gráfico a seguir apresenta o número de animais que foram vacinados contra a zoonose da raiva no município de Coxixola no ano de 2022.

Gráfico 1 - Vacinação dos cães e gatos do município de Coxixola, Paraíba, 2023



Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pelo secretário do meio ambiente

Vale salientar que a vacinação antirrábica tem o intuito apenas controlar a zoonose, e apesar do número de animais vacinados se mostrar razoável a adesão é um dado irreal, pois não há nenhum levantamento do número de cães e gatos no município, o que impossibilita identificar a adesão das campanhas de vacinação.

Além da política de vacinação, Coxixola dispõe de uma clínica veterinária municipal e de um abrigo municipal para cães que, de acordo com o secretário do meio ambiente, foi uma ideia da primeira-dama, juntamente com o prefeito. Diante dessa afirmação é possível analisar que essas políticas implementadas no município são motivadas por uma sensibilidade do casal que hoje está em uma posição de poder, o que não representa um problema em si, mas indica uma fragilidade na manutenção dessa política após o final do mandato do prefeito.

Essa ideia foi absorvida e colocada em prática juntamente com a secretaria do meio ambiente. O secretário entrevistado destaca que a ideia foi bem aceita pela população, dando destaque a população carente que não tem condições para pagar uma consulta veterinária para o cão ou gato. Afirma, ainda, que o projeto não é só social, mas também ambiental, uma vez que ajuda não só as famílias carentes, mas as famílias de todo o município.

A clínica municipal veterinária (Figura 2) foi inaugurada em 26 de agosto de 2021. O local possui recepção, consultório, um ambiente para triagem, uma sala onde acontecem as cirurgias, um local para o pós-operatório, um ambiente com refrigerador para guardar as vacinas, banheiros feminino e masculino. O atendimento veterinário na clínica funciona duas vezes por semana, sendo nas terças e quintas, quando são oferecidas cirurgias de castrações e atendimentos gratuitos aos animais do município.

Figura 2 - Fachada da clínica veterinária popular



Fonte: Acervo pessoal

O abrigo municipal fica localizado na saída da cidade, no parque de exposição, onde acontecem as exposições de cabras durante o festival da cabra leiteira. O local possui uma funcionária que passeia com os cães duas vezes por semana, ao fim da tarde, geralmente nas

segundas e quintas. Ela vai ao abrigo no período da manhã para limpar as baias, colocar água e ração, e no período da tarde para ver se eles estão bem.

O local é amplo e possui diversas baias, sendo algumas em cimento e outras em terra. As baias são consideravelmente grandes, pois dificilmente tem mais de um animal em uma, sendo deixados mais de um animal juntos apenas quando são filhotes ou chegam juntos ao local. Entretanto, notei que algumas baias estavam sujas e algumas estavam quebradas, pois as grades são fracas e alguns animais conseguem quebrá-las (Figura 3).

Essa falta de infraestrutura do local é evidente, pois durante minhas observações ouvi relatos de animais que fugiram, como uma cadela que entrou no cio, fugiu e emprenhou. Há no local também um cachorro de grande porte que já fugiu algumas vezes e durante uma das minhas visitas ele escapou de sua baia e saiu do abrigo em direção à cidade. A funcionária do local tem medo dele, pois ele já a havia mordido em outra ocasião, e por este motivo ela não o capturou. Além da precariedade de infraestrutura, também é possível perceber que, apesar de claramente haver boa vontade por parte da funcionária, ela não recebeu material e treinamento suficientes para lidar com os possíveis problemas que venham a acontecer no local.

Figura 3 - Interior das baias de Coxixola



Fonte: Acervo pessoal

Além dos problemas supracitados, também notei que existem problemas em relação à saúde desses animais, pois só são alimentados uma vez ao dia, o que, de acordo com a

funcionária, foi a orientação recebida por ela. Entretanto, isso vai contra a literatura científica, segundo a qual os cães enquanto filhotes devem se alimentar mais de três vezes ao dia e na fase adulta, é indicado que o cão realize duas refeições ao dia (MELO, 2021). Além disso, segundo informações da funcionária do local, nenhum cão ou cadela do abrigo são castrados, vermifugados e vacinados contra a raiva. É possível que alguma dessas ações tenha sido realizada pelo veterinário sem a presença da funcionária, mas, sendo esse o caso, a lacuna de informações também já seria um problema. Enquanto medidas de baixo custo, como vermifugação e vacinação antirrábica parecem não estar sendo adotadas, foi possível notar que havia no local cães que estavam usando coleira repelente. Em uma pesquisa rápida na internet, o preço médio da marca usada no abrigo é de 150 reais, com duração de até 8 meses. A coleira repelente evita a infestação de parasitas e transmissão de leishmaniose, sendo uma estratégia fundamental em abrigos para que não haja transmissão de doenças de um animal para outro.

A questão da vulnerabilidade em relação à segurança e saúde desses animais ficou evidente, pois já tentaram envenenar o cachorro de grande porte e, durante meu tempo de observação no local, houve óbitos de duas filhotes fêmeas infectadas por viroses. Sobre esses casos, é importante destacar que o município conta com apenas um veterinário, cujo horário é bastante limitado, o que dificulta a manutenção de cuidados e a agilidade no atendimento aos animais do abrigo.

Além dos problemas relacionados ao bem-estar desses animais, após a criação do abrigo, o local tornou-se um ponto para o abandono de animais. Essa significativa quantidade de animais abandonados é corroborada pela fala do veterinário, que relata o seguinte:

Relativamente, eu considero muito [o abandono], porque não era pra ter. Porque a gente já tem um projeto que foi iniciado nesse governo municipal atual, que iniciou bem no início da gestão e não era pra ter mais isso, porque a gente disponibiliza o serviço gratuito de castração de machos e fêmeas (VETERINÁRIO EM ENTREVISTA CONCEDIDA À PESQUISADORA).

Através dessa afirmativa, é possível perceber que, apesar de existir no município uma política pública de controle populacional, o número de animais abandonados é alto, isso é corroborado pela funcionária do abrigo que relatou que o abandono triplicou após a implementação do abrigo no local. A questão do abandono também foi perceptível durante minhas observações no abrigo do município, pois durante o período de 4 de maio a 2 de junho de 2023, aproximadamente um mês, cinco animais foram abandonados, sendo quatro fêmeas e um macho (Figura 4).

Figura 4 - Filhotes abandonados no abrigo em Coxixola, Paraíba, 2023



Fonte: Acervo pessoal

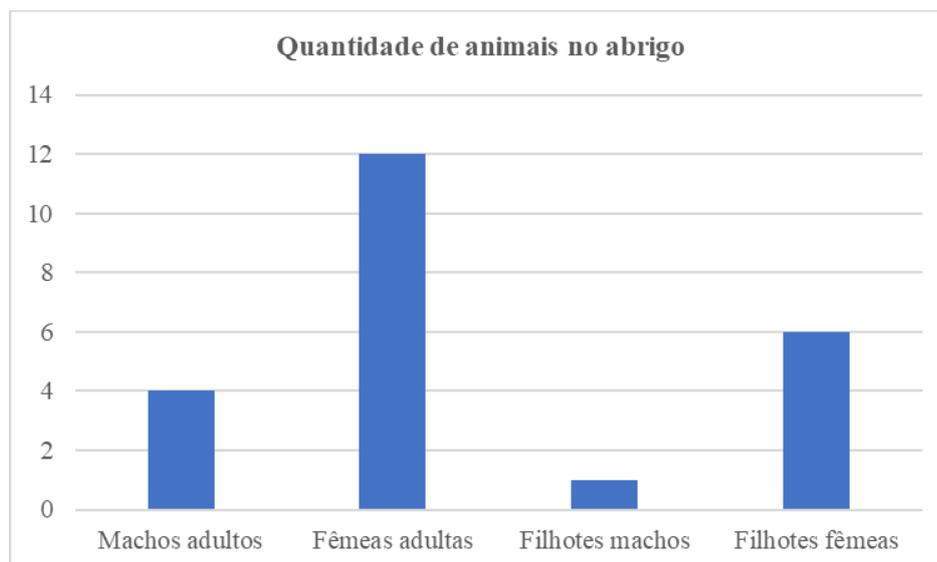
Esses problemas que acontecem no abrigo de Coxixola, infelizmente são comuns em abrigos, como mostra o estudo feito por Arruda *et al.* (2019), que apresenta problemas comuns que tendem a ocorrer em abrigos, como por exemplo a falta de enriquecimento ambiental, quantidade necessária de alimentação diária, dificuldade no controle de doenças e locais para separar os animais doentes. De acordo com os autores, para que haja um bem-estar desses animais é necessário que o abrigo não apresente um alto número de animais e que o tempo de permanência no local não seja longo.

Para melhorar a qualidade de vida de cães os autores afirmam ainda que:

É necessário visar trabalhar com o número de animais mais próximo de zero. Isso pode ser possível diminuindo a demanda por recolhimento, por meio de programas contínuos de educação da população em guarda responsável, controle do comércio animal, registro e identificação, coibição do abandono e de outras formas de maus-tratos, castração seletiva de cães e gatos e incentivo à adoção (ARRUDA *et al.*, 2019, p.240)

Ou seja, não basta apenas buscar soluções paliativas, é necessário tratar o problema na raiz criando ações de combate ao abandono.

Além da alta quantidade de animais abandonados no município de Coxixola, é possível perceber que as fêmeas são as mais abandonadas, isso é evidenciado na quantidade de animais no abrigo durante minha última visita no dia 2 de junho de 2023, como mostra o Gráfico 2.

Gráfico 2 - Quantidade de cães do abrigo municipal de Coxixola. Paraíba, junho de 2023.

Fonte: Elaboração própria.

No abrigo, até minha última visita havia um total de 23 animais (Figura 5). No Gráfico 2 é possível perceber que o número de fêmeas no local é maior do que o número de machos, tendo um total de 18 fêmeas e apenas 5 machos. Além disso, durante minhas observações 4 animais foram adotados, entretanto apenas 1 era fêmea. Com isso, é possível concluir que as fêmeas são as menos procuradas para adoção e as mais abandonadas. Isso está relacionado ao fato delas produzirem uma média de 3 a 12 filhotes a cada gestação, podendo ocorrer duas vezes ao ano.

Além do alto número de animais no abrigo e dos que são abandonados constantemente, não há nenhuma campanha de conscientização da população sobre os problemas decorrentes do abandono ou ações que promovam a adoção desses animais. Medidas como essas seriam fundamentais para diminuir o número de abandono e promover o bem-estar desses animais (SANTOS, 2015).

Figura 5 - Alguns animais do abrigo de Coxixola, Paraíba, 2023



Fonte: Acervo pessoal.

Diante dos problemas existentes nos municípios, realizei em todas as entrevistas e em todos os municípios a mesma pergunta sobre o que cada entrevistado faria se tivesse verba ilimitada para melhorar a situação dos cães e gatos do seu município, podendo ser inclusive algo fantasioso.

Diante dessa questão o veterinário destacou a importância da responsabilização dos tutores e identificação dos animais através da microchipagem:

Todos os tutores de animais fossem cadastrados, fizesse um cadastro municipal de todos os tutores de animais, quantos animais, a ideia, a categoria definida, buscar saber quem tá castrado, quem não tá, quem tem interesse. Porque a população sabe que tem o serviço, mas ela não é cobrada. Porque assim, se você deixa um animal vulnerável à situação de risco, ele não está em situação de risco, mas ele tá vulnerável a entrar naquela situação de risco. O que eu quero dizer, a pessoa cria uma cadelinha, aí ela não é castrada, mas ela pode fugir no período do cio e ela venha a ficar gestante, aí ele consegue criar uma cadela, mas não consegue criar uma ninhada, os filhos da cadela. Aí o que vai acontecer? Ele vai abandonar essa cadela. Então, pra mim isso se constitui maus-tratos, uma falta de responsabilidade com o animal. O ideal pra mim seria que fizesse esse cadastro todo, fizesse um trabalho de cobrança da posse

responsável e uma identificação, chipar esses animais pra que por ventura a gente encontre este animal por aí abandonado a gente punisse essa pessoa mediante a cobrança da lei (VETERINÁRIO DE COXIXOLA EM ENTREVISTA CONCEDIDA À PESQUISADORA).

A identificação é uma estratégia fundamental para punir aqueles indivíduos que abandonam os animais. Isso é corroborado por Scortegagna *et al.* (2017), que afirmam que por meio da microchipagem é possível localizar o tutor e o punir conforme a lei caso ele tenha abandonado seu animal ou o maltratado. Conforme Garcia (2005) essa obrigatoriedade da identificação e responsabilização se mostrou eficaz, pois em países onde essa política é obrigatória o número de animais em situação de rua é pequeno.

Todavia, existem alguns empecilhos para a realização da obrigatoriedade, como por exemplo o alto índice de reprodução desses animais, a verba necessária para realizar tal política e a recusa da população em registrar e microchipar seus animais, sendo esta previsível pois existe uma cultura de criar soltos os animais de estimação. Diante disso, em caso da realização da microchipagem, o tutor poderia ser responsabilizado, se o seu cão ou gato que possui livre acesso a rua fosse encontrado andando livremente. Além disso, de acordo com a OMS (1999), o registro não deve ser algo relacionado a taxas e impostos, pois pode desencorajar a população a participar. Diante disso, antes de implementar a identificação e responsabilização é necessário que haja uma educação para tornar a população conscientes sobre o bem-estar dos animais e a importância da microchipagem.

Similarmente ao veterinário, o secretário do meio ambiente destaca a importância de uma identificação desses animais, dando ênfase aos maus-tratos:

Eu colocaria um outro veículo para fazer ronda nas comunidades, na própria sede do município, para verificar como... que apesar da gente falar que não tem denúncia dos maus-tratos animais, mas a gente não tá no dia a dia dessas famílias. Não chegou nenhuma denúncia, chegou denúncia como te falei, em relação a questão de nutrição então eu colocaria, pelo menos, duas pessoas em motos rodando o município, verificando toda essa situação. E como se fosse uma espécie de agente de saúde animal, não tem os agentes de saúde que passam pelos bairros. Essa seria a nossa ideia, um agente de saúde animal, aquele que está visitando sua casa pra ver como está a situação do seu pet, examinar. Passando claro, por um treinamento, por um veterinário (SECRETÁRIO DO MEIO AMBIENTE DE COXIXOLA EM ENTREVISTA CONCEDIDA À PESQUISADORA).

Essa visão apresenta uma solução que busca criar mecanismos de supervisão para garantir que os cães e gatos do município não sofram maus-tratos. É possível perceber que sua preocupação está nitidamente ligada ao bem-estar animal, pois demonstra um cuidado em relação à saúde deles, destacando a necessidade de uma responsabilização dos tutores e de ações que visem o bem-estar desses animais.

Nesse sentido, é possível perceber que a perspectiva do secretário se coaduna com a política de inserção dos médicos veterinários no NASF, onde devem atuar realizando visitas nas residências para identificar como está a saúde desses animais, identificar possíveis doenças e orientar o tutor de acordo com as necessidades do animal. Desse modo, a ideia do Secretário seria uma estratégia fundamental para garantir o bem-estar dos cães e gatos do município.

Já a funcionária do abrigo expressa a fantasia do abrigo ideal, em que animais resgatados poderiam viver em melhores condições. É uma fantasia e percebe-se que não toca na origem do problema do abandono, apenas sonha com a melhoria no paliativo. “Acolher todos, comprar um terreno fora da cidade, ter uma estrutura. Porque eu não os queria presos totalmente, teria que ter um lugar pra soltar, para eles terem a hora de correr”. Esse desejo da funcionária pode estar relacionado ao fato de ela trabalhar no abrigo municipal e ver diariamente a situação desses animais que vivem presos em suas baias e só passeiam duas vezes por semana.

É importante mencionar que nenhum entrevistado cita a castração como solução para melhorar a situação dos cães e gatos do município, fato este peculiar, tendo em vista que a castração é um dos meios mais eficazes de manejo populacional. Essa não evidência da necessidade da castração pode estar relacionada ao fato de o município já realizar essa política e por este motivo julgarem que esse problema já foi solucionado. Entretanto, conforme foi possível analisar durante as observações e entrevistas, a realização das castrações no município ainda é um problema, pois como citado anteriormente, nenhum cão ou cadela do abrigo são castrados. Como consequência disso, reproduzem no abrigo, acarretando o aumento do número de animais existentes no ambiente.

4.2 SERRA BRANCA

A cidade de Serra Branca é um município localizado no Cariri Ocidental do Estado da Paraíba. De acordo com o IBGE, o município de Serra Branca possuía uma população de 13.614 habitantes no ano de 2022 e área territorial de 698.102 km². Serra Branca pertencia a São João do Cariri e teve sua emancipação no ano de 1960 (IBGE, 2023b).

Sua economia baseia-se na agricultura, comércio e principalmente no funcionalismo público. Apresenta um clima com média pluviométrica anual de 529.7 mm e temperatura média anual de 24.1 °C (SERRA BRANCA, 2023).

O município dispõe de sete Secretarias, são elas: Secretaria Administração e Finanças; de Agricultura; de Assistência social, de Infraestrutura; de Infraestrutura e Serviços Urbanos; de Meio Ambiente; de Saúde. Além disso, dispõe de uma Vigilância Ambiental e uma

vigilância sanitária (SERRA BRANCA, 2023). A prefeitura possui também um veterinário concursado, porém segundo o mesmo, ele não é solicitado para realizar nenhum trabalho ou ação.

No município de Serra Branca andando pelas ruas é possível notar diversos cães e gatos soltos, além disso o município possui um problema sério de abandono, tendo inclusive um ponto de abandono muito conhecido pela região do Cariri paraibano, onde se concentra a maior parte dos animais que são abandonados no município (Figura 6).

Figura 6 - Animais abandonados no município de Serra Branca, Paraíba



Fonte: Acervo pessoal

O protetor João, residente no município, relata que, durante a madrugada é possível ouvir os animais sendo abandonados na porta de sua casa e que no ponto de abandono principal da cidade, existem diversos cães e gatos, sendo em sua maioria gatos. Ademais, destaca que o número de animais abandonados é superior ao número de animais adotados: “Foram abandonados 35 filhotes de gatos, desses 35 apenas 1 foi adotado, 16 permaneceram no local e o restante morreu. A taxa de mortalidade é muito alta, de 2022 até março de 2023, 200 gatos morreram em ocorrência de doenças, atropelamento e predadores.” Essa dificuldade em realizar a adoção de animais é expressa por Orsini, Barbosa e Costa (2015), que afirmam que uma das maiores dificuldades encontradas pelas ONGs é a adoção. É importante salientar ainda que, muitos desses animais que vivem nas ruas não possuem cuidados adequados e por isso estão sujeitos a doenças que conseqüentemente os levam ao óbito; além disso, de acordo com

Lima (2016), esses animais não possuem inteligência para atravessar a rua, apenas se acostumaram com tal ato e por esse motivo muitos cães e gatos são mortos por atropelamento.

O alto índice de animais abandonados no município é consequência da falta de conscientização da população acerca do bem-estar animal e da falta de políticas públicas para o controle populacional, que tem como consequência a reprodução descontrolada dos animais aumentando ainda mais o número de animais em situação de rua. Isso é corroborado pela fala do veterinário concursado do município:

E você se depara hoje com animais de rua, então eu não vi nesses 30 anos, me envolvi também na saúde pública e não vi nenhuma política voltada para o controle dessa população, sofrida, discriminada, abandonada. Discriminada... injustiçada, porque as pessoas criam fêmeas e não querem que elas reproduzam, depois do advento de usar anticoncepcional, que é gerador de câncer. (VETERINÁRIO EM ENTREVISTA CONCEDIDA A ENTREVISTADA).

Entretanto, conforme informações dos entrevistados, no município já houve uma política de controle populacional, pois foi criado no ano de 2005 um Centro de Zoonoses pelo prefeito da época, Luiz Mamede, conhecido popularmente como Zizo. Todavia, o ambiente não possuía uma boa infraestrutura, era pequeno e possuía apenas 4 salas pequenas (Figura 7 e 8).

Figura 7 - Antigo Centro de Zoonoses do município de Serra Branca



Fonte: Acervo pessoal

Figura 8 - Interior das salas do antigo Centro



Fonte: Acervo pessoal

Além disso o local não estava preocupado com o bem-estar dos animais e sim com a quantidade de animais nas ruas e os possíveis riscos para a população, isso fica evidente na fala do coordenador da vigilância ambiental, que ao ser questionado sobre o funcionamento do local relatou:

Foi criada uma equipe, com um carro e a gente ia com 3 pessoas na rua, lançava esses animais e recolhia eles. Então em muitos deles a gente fazia exames e os diagnosticava leishmaniose, que é o popularmente conhecido como calazar, nós os eliminávamos. Alguns, como eram cães de rua, a gente levava pra universidade de Patos (para o departamento de Medicina Veterinária); lá eles aceitam muito esses cães porque servem para pesquisa e estudos para os alunos de lá (COORDENADOR DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL EM ENTREVISTA CONCEDIDA À PESQUISADORA).

Diante dessa fala do entrevistado fica evidente que o bem-estar animal não era relevante, pois os que eram diagnosticados com leishmaniose eram sacrificados e os que legalmente eles não podiam sacrificar eram levados para a universidade, onde serviam como cobaias de pesquisas. Essa prática de eliminação dos cães e gatos para controlar doenças era muito comum, entretanto essa prática não se mostrou eficiente em decorrência do alto índice de reprodução desses animais, com isso a OMS (1999) classifica o método como ineficaz, além disso, houve um aumento de movimentos que estavam preocupados com bem-estar animal. Diante disso, o Centro fechou em 2009, pois de acordo com o coordenador da vigilância ambiental os órgãos de defesa animal exigiam melhores condições para o tratamento desses animais.

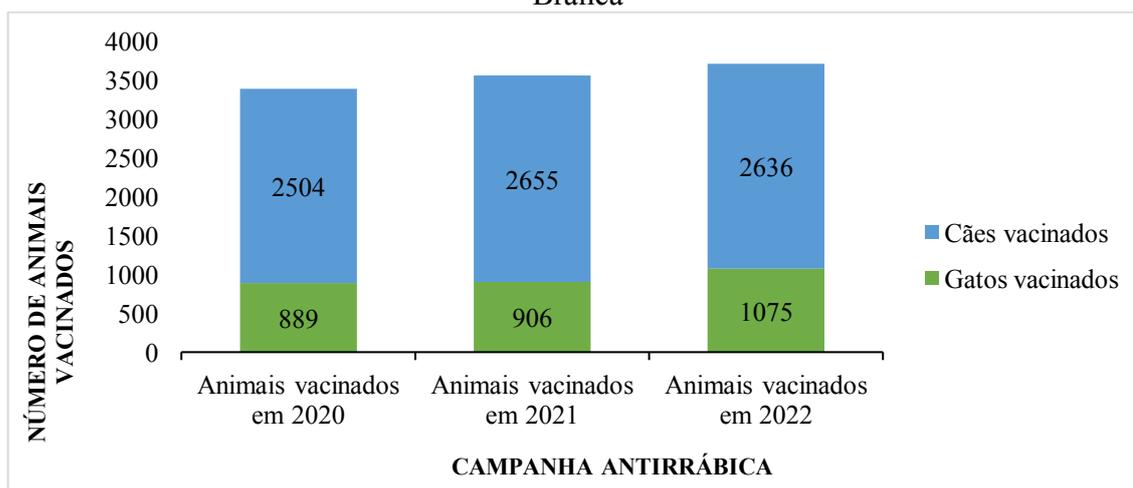
Após o fechamento do local em 2009 não houve no município outra política de controle populacional ou mecanismos que evitem o abandono e maus-tratos. A única política pública identificada para animais foi a vacinação antirrábica.

O órgão responsável pela vacinação antirrábica dos animais no município é a vigilância ambiental, que se recusou a realizar o trabalho. Segundo o coordenador da vigilância ambiental, eles não possuíam boas condições de trabalho, como água e comida. Ele também afirma que ganhava pouco para realizar o trabalho, pois até o ano de 2021 o governo mandava 0,69 centavos por cada cão vacinado e a prefeitura realizava um pagamento de mais R\$300. Com isso, de acordo com o fiscal da vigilância sanitária, eles se voluntariaram para realizar as campanhas de vacinação antirrábica do município.

A vigilância sanitária geralmente realiza a campanha de vacinação antirrábica em setembro, onde o dia “D” é direcionado para os animais da zona urbana e há um prazo de 30 dias para realizar a vacinação na zona rural. Entretanto, apenas os que possuem tutores são vacinados, não sendo incluídos os animais em situação de rua, com exceção daqueles que são levados por algum responsável que se responsabilize a segurar o animal.

Ambas as vigilâncias classificaram como boa a adesão da vacinação no município. No que se refere às vacinações nos anos de 2020, 2021 e 2022, nota-se, por meio dos dados disponibilizados pela Vigilância Sanitária do município, que o número de animais que foram vacinados contra raiva aumentou positivamente, principalmente em relação aos gatos. O gráfico 3 mostra os dados das campanhas de vacinação realizadas no município, expondo o número de cães e gatos vacinados na campanha antirrábica realizada pelo município entre os anos de 2020 a 2022.

Gráfico 3 - Número de animais vacinados nas campanhas de vacinação antirrábica em Serra Branca



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da vigilância sanitária do município.

Através da análise do gráfico é possível perceber que houve um aumento no número de animais vacinados, principalmente no que diz respeito aos gatos. Entretanto, apesar dessa Zoonose está sendo controlada o mesmo não vem acontecendo com a leishmaniose, pois conforme o veterinário, 50% dos animais que realizam o teste de leishmaniose testam positivo para a Zoonose, isso é corroborado pelo coordenador da vigilância ambiental:

Aqui no município começaram a surgir muitos casos de leishmaniose, que é uma doença que se dá no animal e passa para as pessoas e nós já detectamos acho que do ano passado pra cá uma faixa dos 40 cães acometidos dessa doença, a leishmaniose, né. Então quando o cachorro está com essa doença ele tem que ser eliminado, porque essa doença não tem tratamento, nem tem cura (COORDENADOR DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL DE SERRA BRANCA EM ENTREVISTA CONCEDIDA À PESQUISADORA).

Percebe-se a partir dessa fala do entrevistado que ele não possui conhecimento acerca da leishmaniose, pois ela é uma zoonose infecciosa parasitária que possui tratamento por meio de medicamento, e quando tratada da forma correta o animal poderá viver normalmente e sem oferecer risco a outros animais e aos seres humanos, além disso, a eutanásia desses animais só é permitida em casos graves quando o seu tratamento não tem mais efeito e gera sofrimento ao animal (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017; NOVA VETERINÁRIA, 2023).

Em relação aos animais em situação de rua, o veterinário ressalta a importância de identificar e recolher os animais em situação de rua, fazer um tratamento, identificar zoonoses, promover a doação, fazendo um trabalho permanente para evitar o aumento dessa população animal. O secretário do meio ambiente relata que já propôs criar uma ONG onde juntaria sociedade civil, iniciativa privada e poder público, pois para ele o poder público sozinho não é capaz de resolver, tendo que haver uma união entre poder público e a população, ele afirma que:

Não é só dar comida aos animais de rua, não é só castrar, tem que ser uma política pública conjunta, onde a gente faz a castração, a gente consegue um abrigo, a gente cria leis que puna quem abandona, cria ferramentas de controle de monitoramento. Só se resolve problemas complexos com medidas complexas (SECRETÁRIO DO MEIO AMBIENTE DE SERRA BRANCA EM ENTREVISTA CONCEDIDA À PESQUISADORA).

Isso é corroborado por Garcia *et al.* (2012), que afirma que para um manejo populacional eficaz é necessária a união estratégias de controle populacional, guarda responsável, de prevenção do abandono, e de prevenção de zoonoses por meio das vacinações.

Diante dos problemas identificados, os entrevistados indicam ações para solucionar os problemas. O fiscal da vigilância sanitária e coordenador da vigilância ambiental, apresentam ideias similares ao evidenciar a necessidade de um Centro de Zoonoses no município:

Providenciava o Centro de Zoonoses e colocava pessoas para recolher esses animais. Colocava em um canto adequado. Só assim você ia ter como ter o manejo e o tratamento. Porque além da questão dos animais de rua tem as doenças, eles não podem tá juntos uns com os outros, e não tem como você pegar esses animais de rua e colocar num canto trancado e todos misturados, porque o vírus vai passar de um para o outro e acaba virando uma bola de neve (FISCAL DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE SERRA BRANCA EM ENTREVISTA CONCEDIDA À PESQUISADORA).

Criar um Centro de Zoonoses, todo animal doente da cidade passaria por ele. Aquele que tem dono teria a consulta e o medicamento gratuito na primeira vez, depois ele ficaria cuidando do animal. E aqueles cães de rua que nós conseguimos pegar, a gente fazia o mesmo tratamento, fazia exame total e ver a condição dele. (COORDENADOR DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL DE SERRA BRANCA EM ENTREVISTA CONCEDIDA À PESQUISADORA)

Os entrevistados ressaltam a necessidade de um ambiente adequado para realizar o controle de doenças, sendo esse ambiente o Centro de Controle de Zoonoses (CCZ). O CCZ é um método fundamental para que não haja a proliferação de zoonoses, entretanto a situação dos animais recolhidos não são agradáveis. Lemos (2021), relata que as celas são pequenas com pequenos espaços entre elas e não possuem proteção em caso de dias frios ou quentes. Diante disso, é válido salientar que o centro funciona como mecanismo para controle de Zoonoses, mas não para proporcionar melhores condições de vida para esses animais. Diante dessa afirmativa dos entrevistados é possível notar que a preocupação existente é em relação a transmissão de doenças para os humanos e não com o bem-estar dos animais dos municípios.

Diferentemente do fiscal e do coordenador, o secretário do meio ambiente apresenta uma ideia mais voltada ao bem-estar animal, pois ele apresenta a identificação e monitoramento como importantes para os cães e gatos do município:

Eu faria um monitoramento, colocaria um chip em todos os animais para fazer o monitoramento. Poderia se criar uma espécie de vigilância, um santuário. Uma articulação entre veterinários e pessoas voluntárias, ou pessoas trabalhando de forma remunerada mesmo. Eu acho que seria interessante. (SECRETÁRIO DO MEIO AMBIENTE DE SERRA BRANCA EM ENTREVISTA CONCEDIDA À PESQUISADORA)

A microchipagem é um método fundamental para responsabilizar os tutores, isso é evidenciado por Scortegagna *et al.* (2017), que afirma que a microchipagem vincula os dados dos animais aos tutores, evitando assim o número de animais abandonados e em situação de rua, pois pune perante a lei aqueles que praticam atos de maus-tratos.

Já para veterinário concursado do município é necessário que exista um levantamento e diagnóstico dos animais do município:

Nós temos três colunas, o poder público, o poder privado e o sentimento. Se esse poder público não tiver esse carinho, que o privado já demonstra, quando eu digo privado é o tutor, que quando ele vai pegar o animal ele já gosta. Ele vem com o sentimento, e o poder público com a obrigação. Fazer um diagnóstico, um levantamento. Que população é essa, quantos fêmeas, quantos machos, quantas fêmeas aptas à reprodução estão soltas nas ruas, quantos machos (VETERINÁRIO DE SERRA BRANCA EM ENTREVISTA CONCEDIDA À PESQUISADORA)

O levantamento e diagnóstico são fatores importante para realizar ações eficientes de manejo populacional, isso é corroborado por Garcia *et al.* (2012) que ressaltam a necessidade de compreender as características de cada municípios, para realizar assim ações de manejo que atendam a realidade de cada local.

Além desse diagnóstico e levantamento, ele também relata a importância do sentimento em relação aos animais, onde o poder público atua de forma conjunta com os indivíduos e que tenham empatia com os animais. O sentimento também é expresso na fala do protetor, que relata que queria ter o poder de sensibilizar a todos:

Sensibiliza para cuidar de todas as pessoas e todas as criaturas, o dinheiro era o meio para. Eu queria ter o poder de influenciar, de sensibilizar, de convencer as pessoas. Porque não tem como a gente achar que isso é uma obrigação apenas do poder público, é também! O poder público daqui é omissivo, é cruel por omissão. Mas ele corresponde a maior parte da população, representa a sensibilidade ou nesse caso a insensibilidade da população. (PROTETOR DE SERRA BRANCA EM ENTREVISTA CONCEDIDA À PESQUISADORA).

Os cães e gatos são sencientes, com isso sofrem quando são maltratados, entretanto ainda falta uma conscientização da população acerca dos sentimentos desses animais. Diante disso, são necessárias ações que visem educar a população sobre as necessidades dos animais.

4.3 SUMÉ

Sumé é um município localizado no Cariri Ocidental do Estado da Paraíba, com altitude média de 533m e clima semiárido quente, caracterizado pela insuficiência de precipitações, com chuvas de verão (SUMÉ, 2023). Trata-se de uma estrutura administrativa recente, pois apenas em 1951 Sumé foi desmembrado de Monteiro.

De acordo com o IBGE, o município possuía uma população de 17.166 habitantes no ano de 2022 e área territorial de 833.315 km². Em 2020, o salário médio mensal era de 1.7 salários mínimos e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 9.7% (IBGE, 2023c).

O município possui oito secretarias, são elas: Secretaria de assistência social, de administração, de agropecuária, secretaria de cultura e esporte, de educação, de obras,

orçamento e finanças e secretaria de saúde. Além das secretarias o município também possui setores de vigilância, dentre eles o da vigilância ambiental (SUMÉ, 2023)

No município de Sumé, conforme os protetores Maria e Antônio, o abandono de animais é um problema sério e acontece constantemente, resultando em inúmeros animais em situação de rua (Figura 9), sendo em sua maioria fêmeas e animais doentes. Isso é constatado por Lima e Luna (2012) e Sherer *et al.* (2021), que afirmam que o número de animais abandonados e consequentemente animais de rua estão crescendo, e afirmam que isso ocorre em virtude da falta de políticas públicas voltadas para esses animais.

Figura 9 - Animais errantes em Sumé, Paraíba 2023



Fonte: Acervo pessoal

Além da grande quantidade de animais abandonados e animais em situação de rua, Maria relata a dificuldade em realizar a adoção desses animais, pois a raça sempre é questionada. Ela relata um caso sobre 6 filhotes que haviam sido abandonados:

Um monte de gente mandou mensagem perguntando se era de raça. A gente não recebe doação. Aí até pra alimentar é complicado os que já tem na rua. Porque a gente tem um ponto específico, tipo no corredor, lá em média eles abandonam 5 animais por semana. Aí tem um que o pessoal leva, quando é mais bonitinho o pessoal pega e leva. (PROTETORA MARIA DE SUMÉ EM ENTREVISTA CONCEDIDA À PESQUISADORA).

É evidente que existe uma dificuldade em realizar adoção de animais SRD, pois na maioria dos casos os indivíduos buscam por animais de raça definida. Essa dificuldade é constatada por Santos (2015), que relata que os vira-latas são os menos procurados para a adoção. Além da dificuldade em realizar adoções e do alto índice de abandono, os protetores

também relatam casos de maus-tratos envolvendo esses animais. Antônio relata um caso onde uma cadela que vivia em sua rua foi atropelada propositalmente por um motoqueiro, já Maria relata que havia em sua rua um homem que espancou um gato durante a noite. Questionei se em casos de maus-tratos havia denúncia e se era eficaz, a protetora afirmou que: “essas coisas na justiça não dão em nada, principalmente aqui”, já o protetor ressaltou que: “só ligam em casos graves”. Isso é corroborado pela coordenadora da vigilância ambiental que afirma que: “Em caso de maus-tratos levamos para a promotoria, mas resolve muito pouco”.

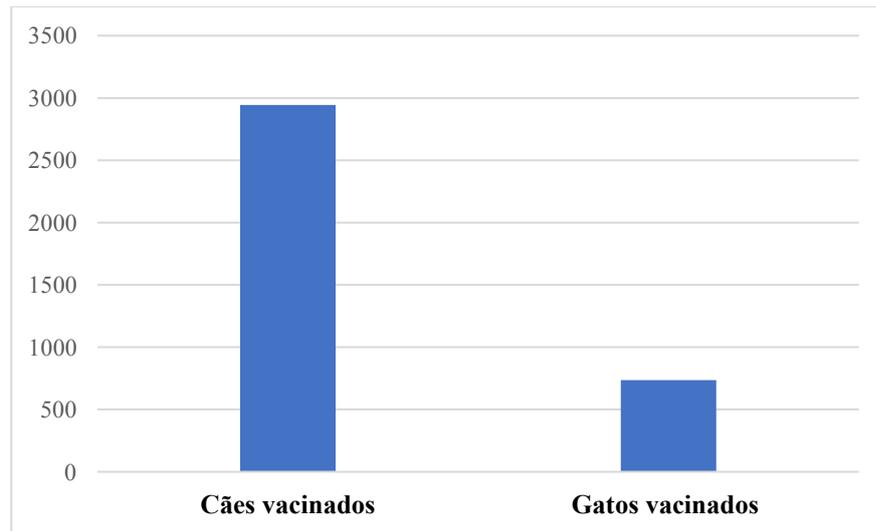
Durante a realização da entrevista, a coordenadora recebeu duas ligações sobre denúncia de animais, e quando questionei sobre ela relatou que era em relação ao odor do animal que estava incomodando a população. Ela contou que as denúncias são geralmente sobre animais que vivem em situação de rua, que estão machucados ou com suspeita de leishmaniose, que é a Zoonose mais comum no município, afirma o veterinário. Em caso do teste positivo para leishmaniose o veterinário relata que:

Se der positivo e o tutor tiver condições de tratar e se o animal estiver no início da doença, que possa ser tratado, ele pode ser tratado e ele vai ser tratado, isso depende do tutor. Caso o animal esteja em um estágio muito avançado, que o tratamento não vai devolver a saúde ou ‘uma condição mais confortável de vida’, esse animal é encaminhado para eutanásia (VETERINÁRIO DE SUMÉ EM ENTREVISTA CONCEDIDA À PESQUISADORA).

Através da fala do veterinário é possível analisar que são seguidas as recomendações do Ministério da Saúde (2017), que evidencia que a eutanásia em animais só é permitida quando o tratamento não proporciona mais saúde para o animal e o conduz ao sofrimento.

Já em relação às políticas de controle das zoonoses da raiva, a coordenadora da vigilância ambiental, classifica a adesão no município em relação a vacinação antirrábica como excelente, ela relata que além do dia “D” o município disponibiliza as vacinas durante o ano inteiro, pois querem controlar a Zoonoses. A vacinação no município é realizada pelo veterinário ou pelos agentes da vigilância. Já em relação aos animais em situação de rua, eles são vacinados quando algum protetor o leva até o local.

O Gráfico 4 mostra a quantidade de animais vacinados no município de Sumé em 2022, sendo 2.944 cães e 735 gatos, contabilizando um total de 3.679 animais vacinados contra a raiva.

Gráfico 4 - Número de animais vacinados no ano de 2022

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da vigilância ambiental do município

O município dispõe além da vacinação antirrábica de um CASTRAPET, que foi criado em 2023. Ele foi iniciado como um CASTRAMÓVEL, entretanto de acordo com o veterinário responsável para preservar por mais tempos os materiais resolveram mudar de um lugar móvel para um lugar fixo, porém o veículo do CASTRAMÓVEL é usado como uma sala de cirurgia para a realização das castrações (Figura 10).

Segundo a página oficial da prefeitura, “o CASTRAPET oferecerá procedimentos de avaliação: pré-operatória, operatória e pós-operatória de cães e gatos, conforme diretrizes do Conselho Regional de Medicina Veterinária” (SUMÉ, 2023). Segundo o veterinário responsável pelas cirurgias do CASTRAPET, são realizadas em média 40 cirurgias por mês.

Figura 10 - Fachada e interior do CASTRAPET

Fonte: Acervo pessoal

A responsável pelas inscrições é a coordenadora do setor de vigilância ambiental, que me recebeu muito bem e me explicou que eu poderia inscrever até cinco animais. Durante a inscrição relatei que dois dos animais que estava escrevendo eram animais em situação de rua que eu alimentava. Ela mostrou-se feliz e relatou que sempre orienta a população do município a levarem os animais em situação de rua: “é isso que a gente quer, diminuir essa população canina, e que a população ajude também”. Entretanto, a funcionária expressou uma frustração com a percepção de que a população não estaria contribuindo para a castração dos animais em situação de rua. Todavia, de acordo com o protetor Antônio, ele não realizou seu cadastro, pois não possui lugar para deixar os animais após a cirurgia. A falta de um lugar adequado para o pós-cirúrgico desses animais que vivem nas ruas dificulta a sua castração. Isso é corroborado pela protetora Maria, que afirma que para diminuir o número de animais errantes seria necessário que eles fossem recolhidos, castrados e postos para a adoção. Um método que o município de Sumé poderia adotar para realizar a castração desses animais em situação de rua seria o CED que consiste na captura do animal que vive na rua, a realização da sua castração e em seguida a devolução do animal para a rua. Com isso, esse animal não seria mais um reprodutor e, conseqüentemente, haveria uma diminuição do número de animais nas ruas. Antônio ressalta ainda que o CASTRAPET “seria mais eficiente se eles visassem inicialmente exclusivamente os animais de rua”.

De maneira oposta a Antônio, Maria realizou sua inscrição no CASTRAPET e de acordo com ela:

É uma fila enorme, e assim, quando saiu eu achava que eles iam recolher os animais da rua e castrar, só que não. A maioria e a prioridade são os animais domésticos, que já tem um lar, que já tem uma pessoa responsável. Aí a gente já se cadastrou e orientou o pessoal que procura, e todos os adotantes eu oriento a logo fazer o cadastro. Aí eu tô com 6 gatas pra castrar (PROTETORA MARIA, EM ENTREVISTA CONCEDIDA À PESQUISADORA).

É importante mencionar que assim como a castração dos animais em situação de rua é fundamental para o controle populacional, a castração dos animais domiciliados é essencial para evitar o abandono desses animais

De acordo com o veterinário responsável, os animais são chamados por ordem de inscrição, o critério, entretanto, não contribui com a eficácia do programa. Para que haja uma eficácia maior em ações de castração é necessário a priorização de cães e gatos com livre circulação, das localidades com maior quantidade de animais e a priorização da castração das fêmeas, pois elas reproduzem uma média de 3 a 12 filhotes a cada gestação, podendo ocorrer

duas vezes ao ano, então ao não priorizar a castração das fêmeas os resultados de controle populacional são mais lentos, como mostra o estudo de Begalli (2020).

Com o intuito de compreender melhor o funcionamento e ter acesso ao serviço, realizei meu cadastro no CASTRAPET no dia 11 de abril de 2023. A inscrição foi muito simples, precisando apenas apresentar a identidade, o comprovante de residência, e assinar um termo de responsabilidade. No dia 06 de junho de 2023 recebi a ligação da coordenadora da vigilância ambiental que me informou que dia 07 de junho de 2023 eu poderia levar um cachorro e dois gatos e que as cadelas poderiam ser levadas na semana seguinte. Levando em consideração que realizei meu cadastro dia 11 de abril de 2023 e fui chamada dia 06 de junho de 2023, esperei por dois meses na fila. Considero o tempo de espera razoável.

Cheguei no CASTRAPET às 8:00 da manhã com o meu cachorro (Figura 11). Ao chegar no local havia duas cadelas e um cachorro. Um tempo depois chegou um gato, contabilizando cinco animais. O veterinário chegou ao local em torno das 8:30 e informou que iria iniciar as castrações pelas cadelas. Durante a entrevista realizada com o veterinário, ele havia me informado que caso o animal fosse levado para a triagem e apresentasse alguma doença, o tutor iria receber as orientações para tratá-lo e em um período de 15 a 30 dias ele poderia retornar para a realização da cirurgia, entretanto não são realizados exames ou análise da saúde do animal, e segundo o enfermeiro que auxilia o veterinário “não é necessário, pois nós temos tudo lá dentro e monitoramos”.

Eles realizam a sedação do animal antes de entrar no veículo que funciona como sala de cirurgia e passam aproximadamente 1 hora lá dentro com as fêmeas e com os machos uma média de 20 minutos, e após a finalização da cirurgia o veterinário orienta o tutor sobre os cuidados necessários.

No dia 14 de junho a coordenadora me informou que no dia seguinte eu poderia levar minhas duas cadelas para realizar a castração. Dessa vez ele só realizou a castração de quatro animais, sendo os quatro cães (duas fêmeas e dois machos). A média de tempo que ele ficou com a cadela no veículo permanece em torno de 1 hora e assim como na semana anterior não houve realização de exames ou avaliação dos animais. A Figura 11 mostra minha visita ao CASTRAPET.

Figura 11- Visita ao CASTRAPET



Fonte: Acervo pessoal

A coordenadora da vigilância ambiental e o veterinário ressaltam a importância da criação de um Centro de Controle de Zoonoses: “Um centro de zoonoses. O apoio do governo, tinha que ter. Esse problema de cachorro de rua só se resolve assim” (COORDENADORA DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL EM ENTREVISTA CONCEDIDA À PESQUISADORA)

Em primeiro lugar educação e conscientização da população, do ser humano. Porque consciência... tem que ter educação, tem que ter responsabilidade e respeito com os animais. e se eu tivesse condições, ofereceria um centro de zoonoses que oferecesse um local que cuidasse, tratasse e que a partir daí tentar doações desses animais (VETERINÁRIO EM ENTREVISTA CONCEDIDA À PESQUISADORA)

O Centro de Controle de Zoonoses tem como intuito o controle de doenças transmitidas de animais não-humanos para humanos, além disso, o veterinário relata que a educação e conscientização da população são fatores fundamentais para possibilitar o bem-estar dos animais. O CCZ atrelado a uma educação e conscientização da população em relação aos animais poderia solucionar o problema do alto índice de animais abandonados, pois de acordo com a OMS o manejo populacional associado à saúde torna-se mais eficiente.

Diferentemente das respostas anteriores Antônio destaca a necessidade da realização de mutirões de castração:

Não eu. Acho que merecia um pouco de compreensão, temos aqui muitos veterinários, e muitas pessoas que podem atuar como auxiliar, que fizeram curso aqui mesmo e estão aqui, não saíram desta cidade não. Eles podiam uma vez no mês, num sábado ou no domingo fazer um mutirão, se fizesse acho que resolveria (PROTETOR ANTÔNIO, EM ENTREVISTA CONCEDIDA À PESQUISADORA).

Diante da quantidade de animais errantes no município de Sumé, a solução expressa pelo protetor seria uma estratégia fundamental para reduzir as decorrências supracitadas, pois a

realização de mutirões de castrações são eficientes para controle populacional, pois a castração é a forma mais eficaz de controle populacional, isso é evidenciado por Lima e Luna (2012), que relatam que em lugares onde há políticas que visem a castração houve uma diminuição no número de animais, sendo assim um dos métodos mais eficazes de controle populacional.

Similarmente ao protetor Antônio, a protetora Maria destaca a importância de ações voltada ao bem-estar animal:

Faria um abrigo, porque tem muitos na rua, aí castrava, cuidava da saúde e colocava pra adoção. Porque acho que falta isso no município, um local para recolher e cuidar. Porque eu acho que se tivesse um local aqui, que eles se responsabilizassem de castrar os animais, ia ter muitos voluntários para ajudar a cuidar, ia ter mais gente querendo adotar, por já vir cuidado. Aí acho que no município falta um local que recolha e cuide (PROTETORA MARIA, EM ENTREVISTA CONCEDIDA À PESQUISADORA)

A ideia do abrigo e forma como ele é pensado pela protetora seria realmente um modelo ideal de abrigo, onde esses animais seriam retirados das ruas, castrados e adotados. Entretanto, existem algumas implicações que dificultam esse modelo ideal de abrigo, como alto índice de animais abandonados, a dificuldade em realizar adoções, e em caso de abrigos independentes dificuldade em receber doações para mandar o abrigo.

4.4 ANÁLISE COMPARATIVA DOS TRÊS MUNICÍPIOS

Através das análises dos municípios Coxixola, Serra Branca e Sumé foi possível identificar que o abandono de cães e gatos é um problema sério e recorrente nos três municípios estudados, tendo inclusive pontos de abandono específicos. Entretanto, apesar do problema evidente e recorrente do abandono não há nos municípios nenhum mecanismo que puna esses indivíduos ou que conscientize a população em relação aos bem-estar animal e a importância da adoção.

Nos três municípios estudados todos dispõe de uma política de vacinação antirrábica, entretanto apenas Coxixola e Sumé dispõe de políticas de controle populacional através das castrações realizadas de forma gratuita, e apenas Coxixola possui um abrigo para animais em situação de rua. Em Sumé apesar da iniciativa do CASTRAPET que já realiza em média 40 castrações por mês, ainda falta realizar um mecanismo que alcance os animais que estão em situação de rua, pois o programa realiza as castrações apenas de animais que são cadastrados por tutores ou responsáveis, e para diminuir o número de animais em situação de rua seria necessário realizar mutirões de castração pelo município. Já em Coxixola os animais em situação de rua são recolhidos e levados para o abrigo municipal, porém através da pesquisa foi

possível perceber que esses animais possuem uma vulnerabilidade em relação à saúde e que não há incentivo para adoção desses animais. Todavia, ambos já iniciaram iniciativas de manejo populacional, sendo um avanço em comparação com a situação do município de Serra Branca, onde não há nenhuma iniciativa de manejo populacional, que tenha como intuito o controle populacional e o bem-estar animal, fazendo com que os animais não sejam castrados, e como consequência reproduzam aumentando o número de animais abandonados.

Cabe ainda mencionar que, dos três municípios analisados, Coxixola é o que possui uma extensão territorial menor. Isso faz com que seja mais fácil a implementação de políticas públicas para os animais, por ser um município pequeno, tanto em extensão quanto em população e, conseqüentemente, não possui tantos animais.

Ao analisar a pergunta padrão realizada para todos os entrevistados dos três municípios, é possível perceber que existem entrevistados que estão preocupados apenas com a saúde humana, pois apenas evidenciam a criação de um Centro de Controle de Zoonoses para controlar as doenças transmitidas de animais não-humanos para os humanos. Em contrapartida, existem aqueles que estão preocupados com o bem-estar dos animais do meu município, destacando ações voltadas para melhor a situação desses cães e gatos.

Em todos os casos, porém, é possível analisar que, apesar do avanço e do pioneirismo de ações aqui estudadas em relação a outros municípios da região, ainda há uma necessidade de impulsionar iniciativas de manejo populacional de acordo com as diretrizes estabelecidas pela OMS.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho propôs identificar ações e políticas públicas para o manejo populacional de cães e gatos em três municípios do Cariri paraibano, com base nas indicações da Organização Mundial da Saúde e dos parâmetros correntes de bem-estar animal e saúde única.

Assim, a pesquisa mapeou as condições de vida de cães e gatos dos municípios de Coxixola, Serra Branca e Sumé do ponto de vista do bem-estar animal e da saúde única, buscando comparar as medidas e a eficácia do manejo populacional existente nos três municípios estudados. Com base nos resultados obtidos, foi possível identificar alguns problemas comuns aos três municípios estudados, como a questão do abandono de cães e gatos ser recorrente e haver pontos de abandono específicos, conhecidos pela população, nos quais não há controle para responsabilização de quem abandona. Constatou-se uma carência de campanhas de sensibilização da população em relação ao bem-estar animal e de mecanismos coercitivos para aqueles que praticam atos de maus-tratos contra esses cães e gatos. Ainda sobre o abandono, não há mecanismos estabelecidos de destinação desses animais a partir de campanhas públicas de promoção de adoção, tampouco parcerias com entidades da sociedade civil que promovam resgate e adoção de animais em situação de rua.

Quanto à promoção da saúde, um ponto positivo comum aos três municípios estudados é que todos dispõem de uma política de vacinação antirrábica. Entretanto, a falta de dados sobre o número de animais domiciliados e errantes nos três municípios estudados dificulta a análise sobre a adesão das campanhas de vacinação.

Por outro lado, no que concerne ao bem-estar animal, foi possível identificar que os três municípios estudados carecem de ações direcionadas à promoção da adoção e educação para guarda responsável. Considerando as discussões supracitadas sobre saúde única, fica evidente que as políticas públicas de manejo populacional precisam levar em conta o bem-estar animal e a promoção da tutoria responsável para garantir o controle populacional, a diminuição do abandono, do índice de animais em situação de rua, a proliferação de doenças zoonóticas e a saúde ambiental e humana. Os resultados apontam que, quando comparada com estes dois municípios, a cidade de Serra Branca está aquém do esperado, uma vez que não foram identificadas iniciativas de manejo populacional visando o controle populacional e o bem-estar animal, acarretando no aumento do número de animais errantes.

Entre as ações fundamentais de manejo, destaque deve ser dado ao controle populacional - adotado em apenas dois dos três municípios estudados. Nos casos de Coxixola

e Sumé, o serviço público de castração de cães e gatos, implantado recentemente, pode vir a causar impactos importantes de controle populacional e prevenção ao abandono, mas, até o momento, o número de cirurgias realizadas semanalmente é baixo, devido à limitação de apenas um veterinário, cuja atuação é concentrada em alguns dias da semana. Ademais no caso de Sumé, o impacto tende a ser mais lento caso as fêmeas não passem a ser priorizadas para a realização das cirurgias.

Cabe ressaltar que cada município possui especificidades que decorrem de sua realidade e contexto. A cidade de Coxixola dispõe, além da castração, de atendimento veterinário e abrigo para animais resgatados de situação de rua, mas essas medidas, por mais que indiquem uma preocupação importante com o bem-estar animal, podem representar um problema sob esse ponto de vista. Essa aparente contradição resulta do fato de que, conforme constatado, o abrigo demanda melhorias urgentes na estrutura física e medidas para promoção de adoção dos animais adultos, sob pena de lotação e comprometimento da saúde e bem-estar dos animais.

Como limitações da presente pesquisa, cito a falta de tempo para realizar uma revisão bibliográfica mais completa, para comparar os dados encontrados às ações desenvolvidas em outros municípios brasileiros, especialmente de pequeno porte; a falta de dados sobre a quantidade de óbitos no CASTRAPET (Sumé) e na clínica municipal (Coxixola) e a limitação da coleta de dados ao que estava disponível nos sites oficiais e às entrevistas - sem a utilização de mecanismos oficiais de busca de dados a partir do portal da transparência. Ademais, destaco que não foi possível a realização de entrevistas com um gestor público de Sumé, por falta de acesso. Também não foi realizada uma entrevista com um protetor no município de Coxixola, pois não consegui identificar no município nenhum protetor ou protetora, faltando então uma percepção mais voltada aos animais. É importante mencionar que protetores experientes costumam se esconder para evitar que suas casas virem pontos de abandono. Essa pode ser uma razão pela qual nossa busca por protetores de animais em Coxixola resultasse sempre na indicação dos nomes do prefeito e de sua esposa. Em virtude de problemas de saúde da mãe do prefeito, não foi possível realizar a entrevista com ele.

Por fim, cumpre dizer que é necessário que os municípios realizem ações preventivas e integrativas que busquem a inclusão e melhoria na qualidade de vida desses animais através da castração de cães e gatos tutorados e em situação de rua, identificação através da microchipagem, promoção da adoção e uma educação para guarda responsável. Estudos futuros podem se deter a essas questões, propondo-se a tratar da temática especificamente na região do Cariri paraibano e/ou em outras regiões semelhantes, que não possuem a mesma estrutura ou o mesmo investimento em políticas públicas para o bem-estar animal que os grandes centros

urbanos. Ainda, podem ser desenvolvidas pesquisas mais detalhadas em torno dos gastos públicos voltados para as políticas públicas de manejo populacional, sobretudo comparando municípios e o levantamento de animais domiciliados a partir dos agentes de saúde dos municípios.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela; LIMA, M.; ALMEIDA, R. de. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: bloco qualitativo**. São Paulo: Sesc São Paulo, 2016.

ARRUDA, Katiana Barbosa de et al. **Etologia canina, comportamento humano e educação ambiental no Centro de Controle de Zoonoses de Campina Grande/PB: um estudo sobre o bem-estar animal**. 2018.

ARRUDA, E. C. et al. Características relevantes das instalações e da gestão de abrigos públicos de animais no estado do Paraná, Brasil, para o bem-estar animal. **Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia**, v. 71, p. 232-242, 2019.

BATISTA, Eraldo Carlos. MATOS, Luís Alberto Lourenço. NASCIMENTO, Alessandra Bertasi. **A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa**. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.11, n.3, p.23-38, TRI III 2017. ISSN 1980-7031

BEGALLI, José Honorato, 2020. **Manejo populacional de cães e gatos: análise do controle reprodutivo em Belo Horizonte - Minas Gerais**. Tese (Doutorado) - Escola de Veterinária da Universidade Federal de Minas Gerais Área de concentração: Epidemiologia. Belo Horizonte, MG.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Portaria nº 2.488 de 21 de outubro de 2011. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2488_21_10_2011.html>. Acesso em: 8 de jun de 2023.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Raiva**. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/r/raiva>>. Acesso em: 3 de jun.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Manual de vigilância da leishmaniose tegumentar**. Brasília, 2017.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010. **Diretrizes do NASF: Núcleo de Apoio à Saúde da Família**. Edição 1º, Brasília

BRASIL, 2021. **Lei Nº 14.228/1, 20 de outubro de 2021**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2021/lei-14228-20-outubro-2021-791889-publicacaooriginal-163665-pl.html>> Acesso em: 22 de mai. de 2023.

CATAPAN, Dariane Cristina et al. **Estimativa populacional e programa de esterilização cirúrgica de cães e gatos**. Acta Veterinária Brasilica, v. 9, n. 3, p. 259-273, 2015.

CAVALCANTI, Ana Cecília Batista Arcoverde. **Animais em situação de rua: como países em situações socioeconômicas diversas lidam com esta questão de saúde pública**. Recife: O Autor, 2016.

CERTIFIED HUMANE BRASIL, 2022. **Os animais sentem, sim: eles têm emoções, dores e prazer.** Disponível em: <<https://certifiedhumanebrasil.org/os-animais-sentem-sim-eles-tem-emocoes-dores-e-prazer/>>. Acesso em: 17 de nov. de 2022

CENTRO DE INFORMAÇÕES EM SAÚDE SILVESTRE-CISS. **3 de novembro é dia mundial da saúde única.** Disponível em: <<https://www.biodiversidade.ciss.fiocruz.br/3-de-novembro-e-o-dia-mundial-da-saude-unica>>. Acesso em: 10 de maio de 2023.

CIDREIRA-NETO, I.R. FREITAS-BARBOSA, E. V.; LIMA, M.H.C.C.A. GUIMARÃES-BASSOLI, A.C.D. Mutirão de castração como ação extensionista do Programa de Controle Populacional de Cães e Gatos. **XIV Encontro de Extensão da UFPE (ENEXT).** 2014.

COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA- CFMV. 2020. **O que é saúde única?** Disponível em: <<https://www.cfmv.gov.br/wp-content/uploads/2020/01/folder-saude-unica.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2023

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA- CFMV. 2021. **Saúde única.** Disponível em: <<https://www.cfmv.gov.br/saude-unica-2/transparencia/2017-2020/2020/12/11/>>. Acesso em: 12 mai. 2023.

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA-CRMV-PB. 2015. **A participação dos médicos veterinários nas equipes de saúde da família auxilia na promoção da Saúde Única.** Disponível em: <<https://www.crmvpb.org.br/a-participacao-dos-medicos-veterinarios-nas-equipes-de-saude-da-familia-auxilia-na-promocao-da-saude-unica/#:~:text=A%20presen%C3%A7a%20dos%20m%C3%A9dicos%20veterin%C3%A1rios,humanos%2C%20animais%20e%20meio%20ambiente.>> . Acesso em: 8 de jun. de 2023.

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO-CRMV-SP. **Castramóveis têm regras específicas** Disponível em: <<https://crmvsp.gov.br/castramoveis-tem-regras-especificas/>>. Acesso em: 8 de jun. de 2023.

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO-CRMV-SP. **Mutirão de castração.** Disponível em: <<https://crmvsp.gov.br/mutirao-de-castracao/>>. Acesso em: 8 de jun. de 2023.

COXIXOLA, 2023. **Cidade de Coxixola.** Disponível em: <<https://coxixola.pb.gov.br/>>. Acesso em: 26 de mai. de 2023.

DA MAIA LIMA, Alfredo Feio; LUNA, Stelio Pacca Loureiro. **Algumas causas e consequências da superpopulação canina e felina: acaso ou descaso?** Revista de educação continuada em medicina veterinária e zootecnia do CRMV-SP, v. 10, n. 1, p. 32-38, 2012.

DE MEDEIROS ARAUJO, Rodolfo; MARTINS, José Diogo Alencar. **Direito dos animais uma análise sobre código de direito e bem-estar animal do estado da Paraíba-LEI Nº 11.140/2018, e a proteção dos animais.** p.834-848

DE PONTES REGIS, Arthur Henrique; DA COSTA, Laissamy Laiza Rodrigues. O direito dos animais à luz do princípio da senciência. In: **Anais do Congresso de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social da Faculdade Processus**. 2022. p. 33-48.

DE QUEIROZ, Fernanda Marques; DINIZ, Maria Ilidiana; COSTA, Adriana Fernandes.; **Mapeamento de políticas públicas de prevenção e combate à violência contra a mulher no estado do Rio Grande do Norte**. Rio Grande do Norte, 2007.

DE SOUZA, Andrezza Araújo. **Avaliação das adoções de cães e gatos realizadas através dos eventos do Programa de Extensão Adote um Vira-lata: destino e guarda responsável**. Recife, 2017

DE SOUZA, Andrezza Araújo et al. Eventos de adoção com animais não castrados: análise de resultados sobre castração posterior e destino dos animais. **Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP**, v. 13, n. 3, p. 70-70, 2015.

DICIONÁRIO ONLINE. **Senciente**. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/senciente/#:~:text=Significado%20de%20Senciente,consegue%20receber%20impress%C3%B5es%20ou%20sensa%C3%A7%C3%B5es.>> Acesso em: 8 de jul de 2023.

FACULDADE DE MEDICINA VETERINÁRIA-FMVA. **Esterilização de cães e gatos, 2018**. Disponível em: <<https://www.fmva.unesp.br/#!//extensao/projetos-e-iniciativas/castracao/>>. Acesso em 17 de mai. de 2023.

GARCIA, RITA DE CASSIA. Controle de populações de cães e gatos em área urbana: uma experiência inovadora na Grande São Paulo. **Saúde Coletiva**, v. 2, n. 5, p. 24-28, 2005

Garcia RCM, Calderón N, Ferreira F. Consolidação de diretrizes internacionais de manejo de populações caninas em áreas urbanas e proposta de indicadores para seu gerenciamento. *Rev Panam Salud Publica*. 2012;32(2):140–4.

GUIMARÃES-BASSOLI, 2014. **Adote um vira-lata: ação educativa para inclusão dos não-humanos e prevenção da saúde**. Disponível em: <<https://www.ufpe.br/documents/38978/1263142/adote-um-vira.pdf/996bce8d-8c02-4ecd-baa6-41f7523fdab2>>. Acesso em: 8 de jul de 2023.

GRANCHI, Giulia. **O veterinário 'nômade' que já castrou 80 mil animais em ônibus itinerante**. 5 mar. de 2023. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c72lq46zylo>>. Acesso em: 23 de abr, de 2023.

GELINSKI, C. R. O. G.; SEIBEL, Erni José. Formulação de políticas públicas: questões metodológicas relevantes. **Revista de Ciências Humanas**, v. 42, n. 1, p. 227-240, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017

GUAZI, Taísa Scarpin. Diretrizes para o uso de entrevistas semiestruturadas em investigações científicas. **Revista Educação, Pesquisa e Inclusão**, v. 2, 2021.

IBGE, 2019. **PNS 2019: sete em cada dez pessoas que procuram o mesmo serviço de saúde vão à rede pública**. Disponível em<<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de>

imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28793-pns-2019-sete-em-cada-dez-pessoas-que-procuram-o-mesmo-servico-de-saude-vaio-a-rede-publica>. Acesso em: 20 de jun. de 2023.

IBGE, 2023a. **Coxixola.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/coxixola/panorama>>. Acesso em: 8 de jul. de 2023.

IBGE, 2023b. **Serra Branca.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/serra-branca/panorama>>. Acesso em: 8 de jul. de 2023.

IBGE, 2023c. **Sumé.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/sume/panorama>>. Acesso em: 8 de jul. de 2023.

INOVA veterinária. 13 abr. 2023. Leishmaniose: **Quais os riscos para o seu pet?** Disponível em: <https://inovaveterinaria.com.br/leishmaniose/>. Acesso em: 1 jun. 2023.

LEMOS, Simone Mourão. **Caso com notas de ensino: políticas públicas para animais domésticos: do Centro de Controle de Zoonoses a Coordenadoria de Saúde e Proteção Animal.** 2021. Dissertação (Mestrado em Gestão e Políticas Públicas – Programa de Pós-Graduação Administração de Empresas) –Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2021.

LIMA, M. H. C. C. A. **Animais de estimação e civilidade: a sensibilidade de empatia interespecie nas relações com cães e gatos.** Tese (Doutorado em Sociologia – Programa de Pós-Graduação em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

LIMA, Luciana Leite; D'ASCENZI, Luciano. Implementação de políticas públicas: perspectivas analíticas. **Revista de sociologia e política**, v. 21, p. 101-110, 2013.

LUCCHESI, Patrícia TR et al. Políticas públicas em saúde pública. **São Paulo: Bireme/OPAS/OMS**, v. 90, 2004.

MARTINHAGO, Sara Scandolara; DE PAIVA MAGALHÃES, Thyago Alexander. A ineficácia das políticas públicas para o controle de animais de rua em Cascavel/PB. **Diálogos e Interfaces do Direito-FAG**, v. 1, n. 1, p. 117-130, 2018.

MARCONI, M. DE A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 8.ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MELLO, O. Captura, esterilização e devolução: uma proposta de manejo para populações felinas. **Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP**, v. 15, n. 1, p. 96-97, 2017.

MELO, 2021. **Quantas vezes por dia o cachorro deve comer?** Disponível em: <<https://www.patadacasa.com.br/noticia/quantas-vezes-por-dia-o-cachorro-deve-comer#:~:text=Na%20fase%20adulta%2C%20o%20indicado,hora%20de%20alimentar%20um%20c%3%A3o>>. Acesso em: 3 de jul de 2023.

MENEZES FILHO, Arnaldo de Souza. **Políticas Públicas de Proteção aos Animais: formulação e implementação.** Publicado em: 2013. Disponível em:<<http://professor.pucgoias.edu.br/sitedocente/admin/arquivosUpload/17973/material/PP%20prote%C3%A7%C3%A3o%20animais.pdf>> .Acesso em: 27 de jan. de 2023

Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), 2023. **Leishmaniose**. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/topicos/leishmaniose>>. Acesso em: 22 de mai de 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE- OMS. **O controle da raiva**: Oitavo relatório do comitê de especialistas da OMS em raiva. Goiânia: UFG, 1999

ORSINI, Anna Carolina Rodrigues; BARBOZA, Stephanie Ingrid Souza; DA COSTA, Francisco José. Motivações Para Adoção de Comportamentos Favoráveis à Causa Animal: Um Estudo Experimental. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 7, n. 3, p. 158-167, 2015.

PARAÍBA. **Lei nº 11.140, 8 de junho de 2018**. Institui o Código de Direito e Bem-estar animal do Estado da Paraíba. Disponível em: <<file:///home/chronos/u-7e450d16518c6128e910c88e0962e54120d37e0d/MyFiles/tcc/leei.pdf>> Acesso em: 6 nov ago. 2022.

PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS-PMF. **Diretoria de bem-estar animal**. Disponível em: <<https://www.pmf.sc.gov.br/entidades/bemestaranimal/index.php?cms=microchipagem&menu=0#:~:text=Microchip%20funciona%20como%20um%20RG,ele%20fuja%20ou%20se%20perca.&text=Muitas%20vezes%20a%20identifica%C3%A7%C3%A3o%20do,evitar%20o%20abandono%20de%20animais.>> Acesso em: 20 de abr. de 2023.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ROSA, Émellen. A importância da castração. **Em pauta**, 2015. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/empauta/a-importancia-da-castracao/>> Acesso em: 16 de mai. de 2013.

SANTOS, Luiz Alberto dos. **Regulamentação das atividades de lobby e seu impacto sobre as relações entre políticos, burocratas e grupos de interesse no ciclo de políticas públicas: análise comparativa dos Estados Unidos e Brasil**. 2007. 542 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) -Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

SANTOS, Pedro. Algumas questões relativas ao encaminhamento de cães e gatos para adoção. **Revista de Antropologia da UFSCAR**, v. 5, n. 1, p. 230-247, 2015.

SALHEB, Monteiro et al. Políticas públicas e meio ambiente: reflexões preliminares. **Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas**, n. 1, 2009.

SERRA BRANCA, 2023. **Secretarias**. Disponível em: <<https://www.serrabranca.pb.gov.br/transparencia>>. Acesso em: 1 jun. 2023.

SERRA BRANCA, 2023. **História**. Disponível em: <<https://www.serrabranca.pb.gov.br/historia>>. Acesso em: 24 de mai. de 2023.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, p 20-45. Porto Alegre, ano 8, nº 16, 2006.

SUMÉ, 2023. **História**. Disponível em: <<https://www.sume.pb.gov.br/historia/>>. Acesso em: 24 de mai. de 2023.

SUMÉ, 2023. **Prefeitura dá início ao Programa CASTRAPET para esterilização de cães e gatos.** Disponível em: <<https://www.sume.pb.gov.br/2023/01/prefeitura-da-inicio-ao-programa-castrapet-para-esterilizacao-de-caes-e-gatos/>>. Acesso em: 22 de mar. de 2023.

SCARPIONI, Lorena Bueno; MANÇANARES, Celina de Almeida Furlanetto. Perfil dos tutores participantes do programa de microchipagem e esterilização cirúrgica no município de São João da Boa Vista–SP. **Brazilian Journal of Animal and Environmental Research**, v. 5, n. 1, p. 680-695, 2022.

SCORTEGAGNA, Guilherme Moreira et al. A importância do conhecimento da microchipagem para o bem estar social e animal. **Revista GepesVida**, v. 3, n. 6, 2017.

SCHERER, Anderson et al. A importância da adoção de animais no Brasil. **Pubvet**, v. 15, p. 208, 2021.

ROCHA, Virginia. Da teoria à análise: Uma introdução ao uso de entrevistas individuais semiestruturadas na ciência política. **Revista Política Hoje**, v. 30, n. 1, p. 197-251, 2021.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. 3º ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; Brasília: CAPES. 2014.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

VIEIRA Adriana Maria Lopes, NUNES Vania de Fatima Plaza. Manejo populacional de cães e gatos. *In: Cadernos Técnicos de Veterinária e Zootecnia*. Minas Gerais: FEPMVZ, 2016. p. 9-14.

World Health Organization (WHO), 2020. Disponível em: <<https://www.who.int/es/news-room/fact-sheets/detail/zoonoses>>. Acesso em: 30 de mai. de 2023.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 4. ed. Editora Bookman. Porto Alegre, RS, Brasil. 2010.

ARCA BRASIL, 2023. **10 Mandamentos da Guarda Responsável**. ARCA Brasil – Proteção e Bem-estar Animal, São Paulo. Disponível em: <https://arcabrasil.org.br/10-mandamentos-da-guarda-responsavel/>. Acesso em: 5 de jun de 2023.

APÊNDICE

ROTEIROS DAS ENTREVISTAS COM PROTETOR DE ANIMAIS

Bloco 1: Perfil

- Qual o seu nome?
- Qual sua idade?
- Qual seu grau de escolaridade? (Dependendo da resposta pergunto sobre formação?)
- Qual sua ocupação/profissão? E a quanto tempo atua na área?
- Quantas pessoas vivem na sua casa?
- Você tem algum animal em casa? (Provavelmente ela já vai dizer quantos tem, caso não, eu pergunto)
- Você pode contar como cada um desses animais chegou até você?

Bloco 2: Sobre a atuação

- O que te levou a querer iniciar essa ação de proteção?
- Há quanto tempo você atua como protetor(a)?
- Qual a maior dificuldade em ser um protetor?
- Qual a sua relação com o poder público?
- Qual a relação com a vizinhança?

Bloco 3: Sobre animais em situação de rua

- No seu município há muitos animais em situação de rua?
- Há algum ponto de abandono na cidade, aquele local onde é comum os animais serem deixado?
- Acontece de animais serem abandonados na porta da sua casa?
- A maioria dos animais abandonados são gatos ou cachorros? São filhotes ou adultos? São fêmeas ou machos?
- Os animais que você ajuda são sempre os mesmos, você já sabe onde ir para encontrá-los, ou não?
- No seu município você já presenciou alguma carrocinha em ação? (Se sim pergunto mais sobre e quando, caso não também pergunto)
- Você sabe se tem alguma lei que proteja os cães e gatos?
- Você sabe quanto gasta em média no mês com seus animais e os que você ajuda?
- Qual o seu maior gasto com os animais?
- Se você não se incomoda, você poderia me dizer mais ou menos qual a média de renda familiar? Só pra eu ter noção do que isso representa porque é muito gasto, né?
- Você acredita que a população da sua cidade trata bem os animais em situação de rua?
- Quando o animal precisa de um lar temporário, é possível encontrá-lo com facilidade?
- Já presenciou algum animal em situação de rua sofrendo maus-tratos?
- Alguma figura política do seu município realiza alguma doação para ajudar?

- Você recebe doações da população para os animais em situação de rua? se sim, com que frequência?
- Qual foi o caso que mais te emocionou nesse tempo como protetor (a)?
- Como é sua relação com outros protetores?

Específico para Sumé:

- Você já fez cadastro no castrapet?
- Você conhece algum animal em situação de rua que já foi castrado através do castrapet?
- Com a implementação do castrapet, você acredita que o número de animais em situação de rua irá diminuir?
- Vi que você utiliza o Instagram para divulgar os animais que são abandonados, esses animais são adotados?
- Como surgiu a ideia de criar um Instagram para divulgar os animais que precisam de ajuda?
- Como o perfil do Instagram te ajuda nessa jornada de proteção?

Específico para Coxixola:

- Você já fez seu cadastro na clínica para castrar algum animal?
- Você conhece algum animal em situação de rua que já foi castrado através da clínica?
- Com a implementação da clínica e do abrigo você percebeu alguma diminuição da quantidade de animais em situação de rua?

Pergunta padrão

- Pra gente encerrar, eu queria te fazer uma pergunta que é mais sobre o ideal do que sobre o que é possível agora. Se o município tivesse verba ilimitada para oferecer o serviço público ideal para melhorar a vida de cães e gatos, o que você acha que deveria ser feito? No plano da fantasia mesmo

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM GESTOR POLÍTICO E/OU FUNCIONÁRIO PÚBLICO

Bloco 1: Perfil

- Qual o seu nome?
- Qual sua idade?
- Qual sua formação?
- O senhor é filiado a algum partido?
- O senhor já atuou no poder público antes?

Bloco 2: Sobre a atuação

- Há quanto tempo atua na área da saúde ou meio ambiente?
- Quando assumiu esse cargo, quais eram as suas principais ideias? (Caso ele não fale pergunto se já realizou e o que ainda quer)
- No meu TCC, eu estou estudando as políticas públicas voltadas para cães e gatos. O que nós temos aqui em (Serra Branca, Sumé, Serra Branca)?
- Há algum dado sobre a quantidade de animais domiciliados e de animais em situação de rua?

Bloco 3: Vacinação

- Como avalia a adesão das campanhas de vacinação para animais nos municípios?
- Tem sempre chegado vacina suficiente para atender ao município?
- No caso das pessoas que não levam os animais, há alguma estratégia depois da campanha para aumentar a cobertura vacinal?
- E no caso dos animais em situação de rua?

Bloco 4: Saúde única e bem-estar animal

- Como o município lida com a transmissão de zoonoses?
- Há no município alguma política de controle populacional de cães e gatos?
- Como o senhor avalia a eficácia dessas medidas? (Pergunto o que ele quer melhorar e o que seria preciso para fazer?)
- Há algum mecanismo para evitar maus-tratos aqui no município?
- Quais os casos mais comuns de maus-tratos?
- Há algo que se possa fazer nos casos de maus-tratos contra animais em situação de rua?

Bloco 5: Sobre animais em situação de rua

- Como é a atuação da vigilância ambiental em relação aos animais errantes?
- Quais são as principais demandas da população em relação a isso?
- Existe algum tipo de atuação da prefeitura junto aos protetores de animais do município?

Bloco 5: atuação do poder público

- Existe alguma cidade que você considere que seja inspiração para pensar o serviço público voltado para cães e gatos aqui em Serra Branca? E aqui pela Paraíba?

Específico Coxixola:

- Como começou a clínica aqui em Coxixola? E o abrigo?
- Como é que funciona a captação de verba para manter esses serviços?
- Existe alguma cidade que você considere que seja inspiração para pensar o serviço público voltado para cães e gatos aqui em Coxixola? E aqui pela Paraíba? Você sabe me dizer se tem outras cidades com iniciativas assim?

Específico Sumé:

- Como começou o castrapet?
- Como é que funciona a captação de verba para manter esses serviços?
- Existe alguma cidade que você considere que seja inspiração para pensar o serviço público voltado para cães e gatos aqui em Sumé? E aqui pela Paraíba? Você sabe me dizer se tem outras cidades com iniciativas assim?

PERGUNTA PADRÃO:

- Pra gente encerrar, eu queria te fazer uma pergunta que é mais sobre o ideal que sobre o que é possível agora. Se o município tivesse verba ilimitada pra oferecer o serviço público ideal para melhorar a vida de cães e gatos, o que você acha que deveria ser feito? No plano da fantasia mesmo.

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM VETERINÁRIO

Bloco 1: Perfil

- Qual o seu nome?
- Qual sua idade?
- Qual sua formação?
- Qual sua área de atuação?
- Há quanto tempo você atua na área?

Bloco 2: Atuação

- Atualmente você atua só com pequenos animais ou também com animais de produção?
- Quais são as principais diferenças nos tipos de atuação?

Bloco 3: Atuação na clínica de cães e gatos

- Há quanto tempo você atua na área?
- Quais os motivos mais comuns pelos quais você é solicitado para atendimento?
- Em relação às zoonoses, quais são as mais comuns aqui em (SB, Sumé, Coxixola)?
- De maneira geral, você considera que os animais de (SB, Sumé, Coxixola) recebem cuidados veterinários adequados? (o que dificulta isso?)
- Há alguma coisa que você considere mais urgente proporcionar aos animais aqui no município?

Bloco 4: Avaliação da atuação do poder público

Veterinário de atuação particular:

- Você já participou como veterinário de alguma ação do poder público?(qual?)
- Como você avalia a atuação da prefeitura e do governo do estado em relação a cães e gatos aqui no município?
- A prefeitura já solicitou seu atendimento para algum trabalho no município? (se sim, perguntar sobre)

Para veterinários que atuam junto com a prefeitura:

- Como é a sua atuação pela prefeitura?
- E no caso dos cães e gatos?

- Como faz pra conseguir os números de vacinas contra febre aftosa, raiva, recolhimento de animais em vias públicas, etc?

Bloco 5: Sobre animais em situação de rua

- E o caso dos animais que estão na rua? Acontece de você ser chamado por alguém para atendimento a eles?
- Na sua experiência, quais são os atos de maus-tratos mais comuns aqui em (SB, Sumé, Coxixola)
- Na sua opinião, o que poderia ser feito para melhorar a situação dos animais em situação de rua?

Específico para Sumé:

- Eu lembro que vi numa notícia que seria um castramóvel. Por que mudaram para castrapet?
- Como funciona o serviço? (Como são selecionados os casos para atendimento? Há alguma prioridade? Quantos animais são castrados por semana? E começou quando mesmo? Até agora estão cadastrando mais cachorros ou gatos? Tem alguma prioridade para uma espécie ou outra? E em relação a sexo? Tem sido mais fêmea ou macho?)
- Animais em situação de rua são levados ao castrapet?
- Como foi o planejamento desse serviço?
- E como é que funciona a captação de verba pra manter o castrapet? (pergunto a quem?)
- Além das castrações, existe algum outro serviço público para cães e gatos aqui em Sumé?
- Existe alguma cidade que você considere que seja inspiração para pensar o serviço público voltado pra cães e gatos aqui em Sumé?
- E aqui pela Paraíba? Você sabe me dizer se tem outras cidades com iniciativas assim?

Específico para Coxixola:

- Você sabe qual o motivo da iniciativa da clínica e do abrigo?
- Como começou a clínica aqui em Coxixola? E o abrigo?
- Como é que funciona a captação de verba para manter esses serviços?
- Quantos atendimentos acontecem em média por dia?
- Como é que faz para marcar? E se for urgência, como um atropelamento ou algo assim? O que se pode fazer?
- Quais são os motivos mais comuns de atendimento na clínica? E castrações? Estão acontecendo também?

- Como funciona o serviço? (Como são selecionados os casos para atendimento? Há alguma prioridade? Quantos animais são castrados por semana? E começou quando mesmo? Até agora estão cadastrando mais cachorros ou gatos? Tem alguma prioridade para uma espécie ou outra? E em relação a sexo? Tem sido mais fêmea ou macho?)
- Animais em situação de rua são levados a clínica?
 - Além das castrações, existe algum outro serviço público para cães e gatos aqui em Coxixola?
- Quantos animais já foram castrados, e deste número quantos não possuíam tutores?
 - Como foi o planejamento desse serviço?
 - Existe alguma cidade que você considere que seja inspiração para pensar o serviço público voltado para cães e gatos aqui em Coxixola?
- E aqui pela Paraíba? Você sabe me dizer se tem outras cidades com iniciativas assim?

Específico para Serra Branca

- Você sabe dizer se existe algum tipo de movimentação da prefeitura para oferecer serviço público voltado para cães e gatos?
- Se isso acontecer um dia, o que você acha que deveria ser prioridade? (caso não justifique, pergunto)
- Existe alguma cidade que você considere que deveria ser inspiração para pensar o serviço público voltado para cães e gatos aqui em Serra Branca?
- E aqui pela Paraíba? Você sabe me dizer se tem outras cidades com iniciativas assim?

PERGUNTA PADRÃO:

- Pra gente encerrar, eu queria te fazer uma pergunta que é mais sobre o ideal que sobre o que é possível agora. Se o município tivesse verba ilimitada pra oferecer o serviço público ideal para melhorar a vida de cães e gatos, o que você acha que deveria ser feito? No plano da fantasia mesmo.